

**EDITAL DE LICITAÇÃO****CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA MEDIANTE REQUISIÇÃO****01. DO PREÂMBULO**

Número de ordem	PROCESSO LICITATÓRIO Nº	82/2026
	PREGÃO ELETRÔNICO Nº	12/2026
	EDITAL Nº	12/2026
	UASG	929730
	NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90012

A **CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA**, inscrita no CNPJ sob o número 19.038.603/0001-00, através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, **REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA MEDIANTE REQUISIÇÃO**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores. O objeto deste Edital será executado pelo regime de execução indireta, por preço unitário.

As servidoras Caroline de Souza Lima Paschoal ou Amanda Lima da Paixão, designadas como Pregoeiras pela Portaria nº 01/2026, de 06 de janeiro de 2026, serão responsáveis pelo processamento e julgamento da presente licitação, contando com o devido suporte da equipe de apoio, também nomeada por meio do referido instrumento.





DADOS ESSENCIAIS PREGÃO ELETRÔNICO	
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO PARA 12 MESES DA CONTRATAÇÃO	R\$ 604.656,72 (seiscentos e quatro mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos).
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO PARA 60 MESES DA CONTRATAÇÃO	R\$ 3.023.283,60 (três milhões e vinte e três mil e duzentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO	Em 16 de julho de 2026, às 09 horas – horário de Brasília.
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: COMPRAS GOV	https://www.gov.br/compras/pt-br
LINKS / SITES PARA DOWNLOAD DO EDITAL NA ÍNTEGRA	https://www.gov.br/compras/pt-br https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/ https://cmextrema-mg.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34
E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DÚVIDAS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO	licitacaoextrema@yahoo.com.br
E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DO EDITAL	licitacaoextrema@yahoo.com.br
TELEFONE SETOR DE LICITAÇÕES	35 9 9776-2765.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço global estimado para 60 meses
VALOR DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).





VALORES ENTRE OS LANCES, QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO À PROPOSTA QUE COBRIR A MELHOR OFERTA	
MODE DE DISPUTA	Aberto
PREFERÊNCIA EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS	NÃO
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Sede da Contratada, em seus anexos, e nos locais indicados por esta no município de Extrema, MG.
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM O ANEXO IV DO EDITAL	Em até no mínimo de quatro horas a partir da convocação do pregoeiro no sistema.
DA COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL PARA CONTRATAÇÃO	A licitante vencedora deverá apresentar, como condição para a assinatura do contrato , Ato de Autorização de Funcionamento expedido pela Polícia Federal, válido na data de sua apresentação, compatível com a atividade de vigilância patrimonial armada objeto da contratação, nos termos da legislação vigente aplicável aos serviços de segurança privada.
AMOSTRA	NÃO será exigida.
VIGÊNCIA	O contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.





RENOVAÇÃO	O contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.
ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	Não se aplica
REPACTUAÇÃO	A repactuação constitui instrumento destinado à manutenção do equilíbrio dos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da variação dos custos decorrentes da mão de obra vinculada à execução contratual.
VISITA TÉCNICA	A realização de visita técnica às dependências da Câmara Municipal de Extrema será facultativa às licitantes, podendo ser realizada sem necessidade de agendamento prévio, nos horários das 08h30 às 11h e das 13h30 às 16h30, com o objetivo de propiciar melhor conhecimento das condições locais para execução do objeto.
PONTO DE DESTAQUE	Os itens descritos no portal COMPRASGOV CATMAT/CATSERV são apenas para operacionalização do pregão.
DIVERGÊNCIAS CATMAT/CATSERV	Em caso de divergências na descrição do objeto entre o Portal COMPRASGOV (CATMAT/CATSERV) e o Termo de Referência, assim como no edital e em seus demais anexos, a especificação contida no Termo de Referência, no próprio edital e em seus anexos assume primazia absoluta. Essa determinação vigorará em todas as circunstâncias, garantindo a coerência e a integridade das diretrizes estabelecidas para o processo licitatório.

02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO





2.1 OBJETO: Contratação de prestação de serviços continuados especializados de vigilância armada com dedicação de mão de obra exclusiva mediante requisição: **ITEM 01** – 03 (três) postos fixos contínuos: Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. **ITEM 02** – 02 (dois) postos adicionais estimados e eventuais sob demanda: Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. **ITEM 03** – 52 (cinquenta e dois) dias estimados em postos extraordinários para eventos institucionais de longa duração: Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais. **ITEM 04** – 208 (duzentas e oito) horas anuais estimadas (jornada de 04 horas por posto) em postos extraordinários por hora para eventos institucionais de curta duração: Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.

2.2. REGIME DE EXECUÇÃO: O objeto será executado pelo regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, mediante demanda.

2.2.1 Os serviços objeto deste contrato serão executados nas dependências da CONTRATANTE, em sua sede e seus anexos, bem como em eventos no Município de Extrema/MG.





2.3 ASPECTOS RELEVANTES DA CONTRATAÇÃO

- a)** A presente contratação possui natureza continuada e essencial ao regular funcionamento das atividades institucionais da Câmara Municipal, destinando-se à proteção de seu patrimônio, servidores, vereadores, colaboradores e munícipes que frequentam suas dependências.
- b)** Destaca-se que a solução foi estruturada de forma a contemplar não apenas a cobertura ordinária das dependências da Câmara, mediante postos fixos contínuos, mas também a possibilidade de ampliação temporária da segurança institucional por meio de postos adicionais sob demanda, bem como cobertura extraordinária para eventos institucionais de longa e curta duração.
- c)** Os quantitativos estimados foram definidos com base nas necessidades operacionais da Administração, considerando a rotina administrativa da Câmara Municipal, o histórico de realização de sessões solenes, audiências públicas, reuniões institucionais, eventos oficiais e demais atividades que demandam reforço temporário da estrutura de segurança.
- d)** Ressalta-se que os quantitativos previstos para postos adicionais, diárias extraordinárias e horas extraordinárias possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração, sendo sua utilização condicionada à efetiva necessidade e mediante requisição formal durante a vigência contratual.
- e)** A contratação de empresa especializada devidamente autorizada pelos órgãos competentes constitui medida indispensável para assegurar a adequada execução dos serviços, a observância da legislação aplicável à atividade de segurança privada e a manutenção dos padrões de segurança exigidos para o exercício das atividades institucionais da Câmara Municipal.
- f)** A previsão de postos extraordinários por hora destina-se ao atendimento de necessidades eventuais de segurança institucional em atividades de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, tais como reuniões institucionais, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais eventos que não demandem a mobilização de um posto diário integral. A adoção da contratação por hora busca conferir maior economicidade e eficiência à Administração, evitando a contratação de jornadas completas quando a necessidade operacional estiver limitada a períodos reduzidos de tempo.

Para fins de estimativa, considerou-se a jornada média de 04 (quatro) horas por acionamento, compatível com a duração normalmente observada nos eventos institucionais realizados pela Câmara Municipal, totalizando a previsão anual de 208 (duzentas e oito) horas, correspondente a aproximadamente 52 (cinquenta e dois) acionamentos ao longo do ano, sem





constituir obrigação de contratação integral pela Administração, cuja utilização ficará condicionada à efetiva necessidade do serviço e à emissão de requisição formal.

g) O posto poderá permanecer descoberto durante o período destinado ao intervalo de almoço ou jantar do profissional, não sendo devida qualquer indenização, compensação ou pagamento adicional em razão da não cobertura do posto durante referido intervalo.

h) A presente licitação, processada no sistema COMPRASGOV, terá sua disputa definida pelo menor valor global estimado para o período de 60 (sessenta) meses.

Todavia, registra-se que a licitação se destina à contratação para 05 (cinco) anos, sendo que o contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.

i) A licitante deverá apresentar planilha de composição de custos individuais para cada item de sua proposta, conforme modelo estabelecido no Edital. Essa planilha tem a finalidade de demonstrar, de forma clara e detalhada, todos os elementos que compõem o preço ofertado, permitindo a análise da exequibilidade e da compatibilidade dos valores apresentados com as exigências do certame.

Cada item da proposta deverá ser discriminado individualmente, contendo a descrição dos custos diretos e indiretos envolvidos, tais como materiais, mão de obra, encargos sociais, tributos, despesas administrativas e demais componentes pertinentes. A apresentação deve seguir rigorosamente o modelo fornecido no Edital, garantindo padronização e facilitando a avaliação pela Comissão de Licitação.

O não atendimento a essa exigência poderá implicar na desclassificação da proposta, uma vez que a ausência da composição detalhada compromete a transparência e a análise técnica dos preços ofertados. Dessa forma, a planilha de custos constitui documento essencial para a adequada instrução do processo licitatório.

j) A Contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os equipamentos, materiais, armamentos, acessórios, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância armada, observando a legislação vigente, as normas da Polícia Federal e demais regulamentações aplicáveis.





2.3.1 Natureza do objeto: Serviço comum, continuado, de vigilância patrimonial armada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinado à proteção de instalações, bens e pessoas no âmbito da Câmara Municipal.

2.4 Quantitativo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO 60 MESES
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	03	R\$ 8.663,97	12 meses	R\$ 311.902,92	R\$ 1.559.514,60
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	02	R\$ 8.673,97	12 meses	R\$ 208.175,28	R\$ 1.040.876,40
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	01	R\$ 1.026,51	52 dias	R\$ 53.378,52	R\$ 266.892,60
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara	Hora de vigilância armada	R\$ 150,00	208 horas	R\$ 31.200,00	R\$ 156.000,00





Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.					
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES				R\$ 604.656,72	-
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 60 MESES				-	R\$ 3.023.283,60

2.5 Prazo do contrato: O contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.

2.6 Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

2.7 A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal de Extrema, em conformidade com o planejamento administrativo e orçamentário do órgão.

O objeto está registrado no Plano de Contratações Anual nos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	PAC
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	426
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	537
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal	427





	cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	538

A inclusão da contratação no planejamento anual demonstra a necessidade previamente identificada pela Administração, observando os princípios da eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e racionalização dos recursos públicos. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2025 e também no ComprasGov.

03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

03.01 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será DESCLASSIFICADO e estará sujeito às sanções previstas na legislação.

03.02 Todos os documentos deste Edital são complementares entre si. Caso haja alguma omissão em um pode ser complementado por outro desde que descrito no próprio edital ou anexo deste, sem que haja conflito de interesse.

03.03 Admissibilidade da Assinatura Digital: Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

03.04 Responsável pela Assinatura: A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

03.05 Validade e Conformidade: A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

03.06 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte





digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

03.07 Durante a **realização do presente Pregão Eletrônico**, o único meio hábil, legítimo e reconhecido para a comunicação entre os licitantes e a Administração Pública será exclusivamente por intermédio do sistema ComprasGov.br. Quaisquer mensagens, pedidos de esclarecimentos, ou manifestações enviadas durante a sessão do pregão eletrônico por outros meios, especialmente por e-mail não serão apreciadas, analisadas ou respondidas, não produzindo qualquer efeito jurídico ou valor peticionário. Esta regra visa assegurar o princípio da transparência, da isonomia e da segurança jurídica, garantindo que todas as comunicações ocorram de forma rastreável, pública e acessível a todos os interessados no certame.

03.08 A modalidade de licitação escolhida para a contratação do objeto é o pregão eletrônico, por se tratar de procedimento caracterizado pela agilidade, competitividade e transparência, especialmente adequado à aquisição de bens e serviços comuns, como no presente caso. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global estimado para o período de 60 meses, visando assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mediante a análise do custo total da contratação. O modo de disputa será o aberto, possibilitando a ampla participação dos interessados e promovendo maior concorrência, fator que contribui para a obtenção da melhor proposta em termos econômicos e técnicos. A combinação desses parâmetros — pregão eletrônico, critério de menor preço global por grupo e modo de disputa aberto — mostra-se adequada e eficiente, pois assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando não apenas o custo de aquisição, mas também o custo-benefício ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, desde a contratação até sua utilização final. Essa sistemática contribui para a otimização da aplicação dos recursos públicos, garantindo que a contratação seja realizada de forma eficiente, econômica e em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da





legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade.

03.10 Da subcontratação e da execução: É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, e em seus anexos e nos locais indicados pela Administração, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

03.11 Da visita técnica/da vistoria:

- a) A realização de visita técnica às dependências da Câmara Municipal de Extrema e na Unidade de Atendimento Integrada – UAI será facultativa às licitantes, podendo ser realizada sem necessidade de agendamento prévio, nos horários das 08h30 às 11h e das 13h30 às 16h30, com o objetivo de propiciar melhor conhecimento das condições locais para execução do objeto.
- b) As visitas serão realizadas por ordem de chegada, sendo atendidas conforme a disponibilidade da Administração.
- c) A não realização da visita técnica não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais, desde que as informações necessárias à formulação da proposta estejam adequadamente descritas no edital e seus anexos.
- d) A licitante é responsável pela elaboração de sua proposta, devendo considerar as condições locais e as informações disponibilizadas pela Administração, não podendo alegar desconhecimento de informações constantes do edital e seus anexos, nem das condições locais quando verificáveis por visita facultativa.





03.12 Quantitativo estimado para 12 (doze) meses, com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

CAC - R\$ 103.967,72

UAI - R\$ 103.967,72

ADMINISTRATIVO - R\$ 103.967,72

ADMINISTRATIVO (ITENS 02, 03 E 04): R\$ 292.753,56.

03.13 JUSTIFICATIVAS:

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços continuados especializados de vigilância patrimonial armada, abrangendo postos fixos permanentes, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários destinados ao atendimento de eventos institucionais e necessidades operacionais específicas da Câmara Municipal de Extrema. Embora os quantitativos estejam distribuídos em itens distintos para fins de mensuração, formação de preços, gerenciamento contratual e eventual acionamento conforme a demanda administrativa, verifica-se que todos os itens possuem identidade de natureza, finalidade operacional comum e estreita interdependência na execução contratual, integrando uma única solução de segurança institucional.

A exigência de validade mínima da proposta por 120 (cento e vinte) dias decorre da necessidade de resguardar o interesse público e assegurar a estabilidade das condições ofertadas durante todo o trâmite do procedimento licitatório até a efetiva formalização da contratação.

Considerando a complexidade da contratação de serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra, bem como as etapas inerentes ao processo licitatório, incluindo julgamento das propostas, fase recursal, homologação, adjudicação, análise documental complementar, apresentação de planilhas ajustadas, comprovação de requisitos para contratação e assinatura do instrumento contratual, mostra-se necessária a ampliação do prazo de validade das propostas para garantir a manutenção dos preços e das condições inicialmente ofertadas.

A medida visa evitar pedidos de desistência, reajustes prematuros ou alterações unilaterais das condições propostas durante a tramitação do certame, conferindo maior segurança jurídica, previsibilidade orçamentária e eficiência administrativa à contratação.

Os serviços previstos na contratação demandam os mesmos requisitos de habilitação técnica, estrutura operacional, supervisão, logística, gestão de pessoal, fornecimento de armamentos, munições, equipamentos de proteção individual, equipamentos de





comunicação, uniformes e demais recursos indispensáveis à execução do objeto. Não se trata, portanto, de serviços autônomos ou independentes, mas de parcelas funcionalmente vinculadas que compõem um único sistema de vigilância patrimonial. A eventual divisão da contratação em lotes ou contratos distintos poderia acarretar a atuação simultânea de múltiplas empresas prestadoras de serviços em uma mesma estrutura de segurança, com potencial comprometimento da padronização dos procedimentos operacionais, aumento da complexidade da fiscalização contratual, fragmentação das responsabilidades e maior dificuldade de coordenação das ações de vigilância. Registra-se que a centralização da contratação decorre também da necessidade de preservação da unidade gerencial do risco operacional, uma vez que a vigilância patrimonial exige comando único e resposta integrada a ocorrências, sendo incompatível com a fragmentação de operadores em ambiente institucional único.

Além disso, a unificação do objeto em um único lote possibilita ganhos de escala, otimização dos custos administrativos e operacionais, melhor aproveitamento da estrutura de supervisão e gerenciamento da contratada, bem como maior eficiência na gestão do contrato pela Administração, fatores que contribuem para a obtenção de proposta economicamente mais vantajosa. Importa destacar que a adoção do critério de julgamento pelo menor valor global não restringe indevidamente a competitividade do certame, uma vez que o mercado de vigilância patrimonial é amplamente composto por empresas especializadas aptas a executar integralmente os serviços pretendidos, sendo prática consolidada no setor a contratação conjunta de postos permanentes e eventuais sob a gestão de um único prestador. Ademais, os itens referentes aos postos adicionais sob demanda e aos postos extraordinários constituem desdobramentos operacionais do serviço principal, possuindo caráter acessório e complementar em relação aos postos fixos permanentes.

Diante desse contexto, conclui-se que o parcelamento da contratação não se mostra técnica nem economicamente recomendável, uma vez que a execução integrada do objeto proporciona maior eficiência operacional, simplificação da gestão contratual, uniformidade dos procedimentos de segurança, adequada definição de responsabilidades e maior vantajosidade para a Administração Pública. A adoção de múltiplas contratações para parcelas do mesmo objeto implicaria elevação do custo de governança contratual, aumento do risco de descontinuidade operacional em eventuais transições e potencial sobreposição de responsabilidades, o que contraria a lógica de gestão integrada de riscos aplicável a serviços de segurança institucional. Assim, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, vantajosidade e interesse público, justifica-se a realização da licitação em





lote único, com julgamento pelo menor valor global, mantendo-se os itens individualizados apenas para fins de composição de custos, medição, controle da execução e eventual acionamento conforme as necessidades da Câmara Municipal de Extrema.

As exigências de habilitação estabelecidas para a presente contratação foram definidas em estrita observância aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços continuados especializados de vigilância patrimonial armada com dedicação exclusiva de mão de obra, verifica-se que a futura contratada deverá possuir capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e aptidão técnica compatíveis com a complexidade e os riscos inerentes à execução dos serviços.

A atividade de vigilância armada envolve obrigações legais específicas, sujeição à fiscalização dos órgãos competentes, utilização de armamentos, fornecimento de equipamentos de proteção individual, gestão de profissionais especializados e responsabilidade direta pela segurança de pessoas e patrimônios públicos, circunstâncias que justificam a exigência de documentação apta a demonstrar a efetiva capacidade da licitante para assumir e executar as obrigações contratuais. As exigências estabelecidas limitam-se ao estritamente necessário para reduzir riscos de inexecução contratual, prevenir a contratação de empresas sem capacidade operacional compatível e assegurar a continuidade dos serviços, não impondo requisitos excessivos ou desproporcionais.

Dessa forma, os documentos de habilitação exigidos guardam relação direta com o objeto contratado e constituem medida indispensável à adequada aferição das condições mínimas necessárias à futura execução contratual. A vedação à subcontratação e à triangulação da execução contratual decorre das características específicas do objeto e da necessidade de preservação da responsabilidade direta da empresa contratada sobre todas as atividades relacionadas à prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada. A execução dos serviços exige rigoroso controle operacional, supervisão permanente das equipes, gerenciamento de armamentos, controle de escalas, reposição imediata de profissionais, observância das normas de segurança privada e manutenção de elevados padrões de confiabilidade e segurança institucional.

A eventual transferência da execução para terceiros poderia fragmentar responsabilidades, dificultar a fiscalização contratual, comprometer a rastreabilidade das obrigações assumidas e aumentar os riscos relacionados à qualidade dos serviços prestados e ao cumprimento das exigências legais e regulatórias aplicáveis ao setor. Além disso, a





licitação é estruturada com base na demonstração prévia da capacidade técnica, operacional, econômico-financeira e jurídica da empresa vencedora, de modo que a transferência da execução para terceiros resultaria no afastamento das premissas que fundamentaram sua habilitação e seleção.

A vedação também visa impedir a ocorrência de intermediação indevida de mão de obra, cessão irregular da execução contratual ou formação de cadeias sucessivas de contratação que possam comprometer a eficiência da fiscalização e a responsabilização da efetiva executora dos serviços. Assim, a proibição da subcontratação e da triangulação constitui medida necessária à preservação da segurança jurídica, da eficiência administrativa, da qualidade da execução contratual e da adequada proteção do interesse público, tratando-se de medida excepcionalmente justificada diante da natureza sensível e integrada do objeto.

O critério de julgamento pelo menor preço global mostra-se tecnicamente adequado à presente contratação em razão da natureza integrada do objeto, composto por postos permanentes, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários destinados ao atendimento de eventos e necessidades operacionais específicas da Câmara Municipal. Embora individualizados para fins de composição de custos, medição e gerenciamento contratual, todos os itens integram uma única solução de segurança institucional, compartilhando os mesmos requisitos operacionais.

A adoção do critério de menor preço global permite avaliar a proposta de forma sistêmica, considerando o custo total da solução pretendida, evitando distorções de preços entre itens que possam comprometer a economicidade e a gestão contratual. Além disso, favorece a padronização dos procedimentos operacionais, a uniformidade da supervisão e a adequada definição de responsabilidades, contribuindo para maior eficiência e vantajosidade para a Administração.

Quanto aos quantitativos estimados, sua definição decorreu de levantamento técnico realizado com base nas necessidades operacionais da Câmara Municipal de Extrema, considerando sua estrutura física, a ampliação dos serviços da UAI, PROCON Câmara e Casa do Cidadão, o fluxo de usuários, o histórico de eventos institucionais e a necessidade de manutenção de cobertura permanente e complementar de segurança. Os postos fixos atendem demanda contínua, enquanto os postos adicionais sob demanda e extraordinários atendem necessidades eventuais. A metodologia de estimativa adotou base histórica de utilização dos serviços, associada à projeção de crescimento institucional e análise de sazonalidade de eventos, de modo a assegurar aderência entre a necessidade administrativa e o dimensionamento contratual.





Diante desse contexto, conclui-se que os quantitativos estabelecidos são tecnicamente fundamentados, compatíveis com a realidade institucional e adequados para garantir a continuidade, eficiência e segurança dos serviços durante toda a vigência contratual, sem configurar superdimensionamento ou subdimensionamento.

Considerando as características do objeto, conclui-se que a realização de vistoria técnica prévia não se mostra necessária para a adequada elaboração das propostas, uma vez que as informações constantes no Termo de Referência são suficientes para sua formulação. Trata-se de serviço padronizado e amplamente conhecido no mercado, cuja dispensa de vistoria contribui para ampliar a competitividade e evitar custos desnecessários aos licitantes.

Após análise dos riscos da contratação, concluiu-se pela não exigência de garantia contratual, uma vez que a execução será acompanhada por fiscalização contínua, aplicação de sanções, retenções e demais mecanismos legais de controle. A medida amplia a competitividade sem comprometer a segurança da contratação.

A vigência inicial de 05 (cinco) anos justifica-se pela natureza continuada dos serviços de vigilância patrimonial armada, essenciais à segurança institucional e à proteção do patrimônio público. A contratação de longo prazo proporciona maior estabilidade operacional, redução de custos administrativos e maior eficiência na gestão contratual. A prorrogação até o limite de 10 anos dependerá da vantajosidade e do interesse público devidamente justificado.

A execução do objeto será realizada sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da necessidade de presença contínua de profissionais nos postos de vigilância, com controle de jornada, substituição imediata de ausências e gestão permanente da força de trabalho. A natureza do serviço exige disponibilidade ininterrupta, não sendo compatível com execução por resultado ou demanda eventual.

Após análise, conclui-se pela inadequação do Sistema de Registro de Preços, uma vez que a demanda é contínua, previsível e previamente dimensionada. O contrato específico assegura maior controle, previsibilidade e eficiência, sendo mais adequado às necessidades da Administração.

Será exigida da licitante vencedora a apresentação de planilha detalhada de composição de custos e BDI, em razão da complexidade dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. A medida permite aferição da exequibilidade das propostas, análise de encargos e maior transparência na formação de preços.

Os quantitativos dos postos extraordinários foram definidos com base no histórico de eventos institucionais, incluindo sessões solenes, audiências públicas e demais atividades que





demandam reforço de segurança. Estima-se até 52 dias anuais de eventos de longa duração e até 208 horas anuais de eventos de curta duração, sendo valores meramente estimativos.

A exigência de atestado de capacidade técnica visa comprovar aptidão operacional da licitante, sendo proporcional e compatível com o objeto. A exigência de apenas um atestado preserva a competitividade e reduz riscos de inexecução contratual.

A autorização de funcionamento da Polícia Federal será exigida como condição para assinatura do contrato, assegurando que a empresa vencedora esteja legalmente habilitada para exercer a atividade de vigilância armada, sem restringir a competitividade na fase de habilitação.

A contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada pela Câmara Municipal de Extrema atende de forma direta e essencial ao interesse público, na medida em que se destina à proteção do patrimônio público, à preservação da integridade física de servidores, agentes públicos e cidadãos, bem como à garantia da continuidade e regularidade das atividades institucionais do Poder Legislativo.

O valor do intervalo mínimo de diferença entre os lances, fixado em R\$ 1.500,00, mostra-se tecnicamente adequado e proporcional à natureza do objeto e ao valor global estimado da contratação, que corresponde a R\$ 3.023.283,60 para o período de cinco anos. A definição desse parâmetro busca assegurar o equilíbrio entre a ampla competitividade do certame e a racionalidade da disputa, evitando tanto a realização de lances de reduzida expressão econômica quanto a ocorrência de variações excessivamente amplas que possam comprometer a dinâmica do pregão e restringir a efetiva competição entre os licitantes. Nesse contexto, o valor estabelecido representa aproximadamente 0,05% do valor total estimado da contratação, percentual compatível com a prática administrativa em certames de grande vulto e com a necessidade de preservação da eficiência do procedimento licitatório.

A adoção do intervalo de R\$ 1.500,00 contribui para a manutenção de uma disputa equilibrada, permitindo reduções progressivas de preço com impacto econômico real e significativo, ao mesmo tempo em que evita a multiplicidade de lances de valor meramente simbólico, que poderiam prolongar desnecessariamente a fase competitiva sem correspondente vantagem para a Administração Pública. No caso de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, a formação de preços envolve componentes relevantes e sensíveis, como encargos trabalhistas, previdenciários, tributos, custos operacionais e insumos obrigatórios, de modo que variações mínimas devem ser suficientemente relevantes para refletir efetiva vantagem econômica na proposta final. O intervalo fixado atende a essa necessidade, garantindo que cada lance





represente efetiva melhoria na proposta global.

Além disso, o valor estabelecido favorece a eficiência do certame, contribuindo para a celeridade da etapa de lances e para a clareza na condução do julgamento, sem comprometer a competitividade entre os participantes. Trata-se, portanto, de medida que harmoniza os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa. Diante disso, conclui-se que a fixação do intervalo mínimo de R\$ 1.500,00 revela-se medida adequada, razoável e proporcional às características da contratação, contribuindo para a obtenção de propostas efetivamente vantajosas à Administração Pública, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

O interesse público, no caso concreto, se materializa na necessidade permanente de assegurar um ambiente institucional seguro e controlado, apto ao funcionamento adequado de unidades administrativas e de atendimento ao cidadão, tais como a Unidade de Atendimento Integrado (UAI), o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão, que ampliam significativamente o fluxo de usuários e a exposição das instalações a riscos diversos. A ausência ou insuficiência de vigilância patrimonial adequada comprometeria não apenas a segurança física do patrimônio público, mas também a própria capacidade de funcionamento regular dos serviços prestados à população.

A adoção de solução integrada de vigilância, com postos fixos, adicionais sob demanda e extraordinários, decorre da necessidade de resposta proporcional e eficiente às diferentes intensidades de risco e de circulação de pessoas ao longo da rotina institucional. Essa modelagem permite à Administração atuar com previsibilidade na proteção contínua das instalações e, simultaneamente, com flexibilidade para reforço da segurança em situações excepcionais, como eventos institucionais, sessões solenes, audiências públicas e demais atividades de grande concentração de pessoas.

Sob a perspectiva do interesse público, a opção por contratação unificada em lote único com gestão centralizada reforça a eficiência administrativa, reduz riscos de descontinuidade operacional e evita fragmentação de responsabilidades, assegurando maior clareza quanto à responsabilização da contratada e maior efetividade na fiscalização contratual. Em serviços de natureza sensível como a vigilância armada, a dispersão de contratos e operadores poderia gerar inconsistências operacionais, sobreposição de comandos e fragilização da cadeia de controle, com potencial impacto direto na segurança institucional.

Além disso, a contratação estruturada sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra garante disponibilidade contínua de profissionais devidamente capacitados, permitindo pronta resposta a incidentes, substituições imediatas e manutenção ininterrupta dos postos





de vigilância. Essa característica é indispensável para mitigar riscos de vulnerabilidade institucional, especialmente em ambientes públicos com circulação constante de pessoas e bens de elevado valor administrativo, documental e simbólico.

Do ponto de vista econômico, o interesse público também é atendido por meio da obtenção de ganhos de escala, redução de custos administrativos indiretos e maior racionalização da gestão contratual ao longo do tempo, evitando a necessidade de múltiplos processos licitatórios e sucessivas transições contratuais, que tendem a elevar custos operacionais e aumentar riscos de descontinuidade dos serviços. A definição de quantitativos baseada em critérios técnicos e históricos de demanda reforça a aderência da contratação à realidade institucional, evitando tanto o subdimensionamento, que colocaria em risco a segurança dos usuários e das instalações, quanto o superdimensionamento, que implicaria desperdício de recursos públicos. Essa calibragem técnica dos serviços assegura uso racional do orçamento público, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

No mesmo sentido, a exigência de qualificação técnica mínima, planilha de custos detalhada, autorização da Polícia Federal e demais requisitos de habilitação não representam restrição indevida à competitividade, mas sim instrumentos de proteção do interesse público, voltados à seleção de empresa efetivamente capaz de executar serviço de alta complexidade e relevância institucional. Em serviços de vigilância armada, a contratação de empresa inabilitada ou operacionalmente incapaz representa risco direto à segurança pública e à continuidade administrativa, o que torna tais exigências proporcionais e necessárias.

Por fim, a opção pela vigência contratual de longo prazo, associada à possibilidade de prorrogação, atende ao interesse público ao conferir estabilidade à prestação do serviço, continuidade na execução, redução de custos de transição e consolidação de rotinas operacionais, elementos indispensáveis à maturidade e eficiência da gestão da segurança institucional.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida representa solução plenamente aderente ao interesse público, por assegurar proteção efetiva do patrimônio e das pessoas, continuidade dos serviços institucionais, eficiência administrativa, racionalidade econômica e adequada gestão dos riscos inerentes à atividade de vigilância patrimonial armada, em estrita conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.





04. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

04.01. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação e ficha:

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha:8

Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha: 31

Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha:54

Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pessoa jurídica previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), do ramo pertinente ao objeto.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.





5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5.1 É admitida a participação de empresas constituídas em consórcio, que deverão atender às condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.6. Não poderão disputar esta licitação:

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.7.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.7.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.7.5. agente público do órgão ou entidade licitante;





5.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.7.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.11. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.13. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

06. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/ DE SUA FASE/ DA PROPOSTA

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.





6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, em conformidade com o modelo do ANEXO IV e as planilhas de custo anexas, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;





6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.





6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.16 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.





QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, que comprove a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.

6.16.1 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

6.16.1.1. As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

6.17 DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.17.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.17.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou certificados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.17.3 É permitida a participação de empresas em consórcio.

6.17.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

6.17.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.17.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações.

6.17.07 Não será exigida visita técnica para execução do objeto desse edital.





6.17.08 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail licitacaoextrema@yahoo.com.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.17.09 A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados no sistema em conformidade com os documentos solicitados e enviados.

6.17.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.17.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.17.12 A não observância do disposto no item 6.17.11 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.17.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.17.13.1 O prazo para envio da proposta e da documentação de habilitação será de 04 (quatro) horas, contado a partir da convocação pelo Pregoeiro no sistema. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formalizado dentro desse período, podendo o prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante solicitação apresentada pelo licitante.

6.17.14 **É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de proposta e de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.**

6.17.15 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.17.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.





6.17.17 Relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.17.18 **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, artigo 64):**

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão registrada no chat do sistema, acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.17.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.17.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.17.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.17.24 Para fins de habilitação, as certidões que não consignarem prazo de validade expresso terão validade de 12 (doze) meses a partir da data de emissão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DA SUA FASE

7.1. O licitante **DEVERÁ** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos, com duas casas decimais.





- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como a entrega do bem e/ou realização dos serviços na sede da Câmara Municipal de Extrema ou local indicado no município de Extrema.
- 7.4. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**
- 7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 120 (cento e vinte) dias.
- 7.9.1 O licitante deverá garantir a entrega dos itens e/ou a execução do objeto.
- 7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.
- 7.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
- 7.10.1.1 Nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser considerada inexecutável (dada a presunção relativa da inexequibilidade) a proposta que apresentar valores que não sejam compatíveis com os custos necessários para a adequada execução do objeto licitado. Ressalta-se que a análise da exequibilidade deverá abranger não apenas o valor global da





proposta apresentada, mas também seus valores unitários, de forma a assegurar a viabilidade econômico-financeira da contratação em todos os seus aspectos. A Administração reserva-se o direito de solicitar comprovações e esclarecimentos que julgar pertinentes para aferição da viabilidade da proposta, podendo desclassificar a licitante em caso de comprovação de inexequibilidade em qualquer um dos níveis mencionados, cabendo à licitante demonstrar a sua exequibilidade.

7.10.1.2 O orçamento estimado estabelecido pela Administração é o preço máximo aceitável.

7.10.1.3 O art. 59 da Lei 14.133/2021, em seu inciso III trata do atendimento ao orçamento estimado (preço máximo) definido pela Administração. Nesse caso, se após a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, a proposta permanecer acima do orçamento estimado, ela será desclassificada.

7.10.2 Não sendo oferecida garantia expressa na proposta de preços, a mesma será de doze meses para todos os efeitos. A finalização da vigência contratual não se confunde com a vigência da garantia, que não se extingue com a vigência contratual.

7.10.3 **A proposta adequada ao preço final deverá ser redigida preferencialmente no modelo deste edital, e de seus anexos (PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS) preenchida com todos os dados solicitados; redigida em Língua Portuguesa e com duas casas decimais.**

7.11 **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR A SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTA EDITAL, BEM COMO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

7.12 **Itens cuja marca e modelo sejam imprescindíveis é obrigatório o preenchimento em campo próprio sob pena de desclassificação.**

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





- 8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).**
0. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.





- 8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema





identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.





8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.22.2.2. empresas brasileiras;

8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTE EDITAL, BEM COMO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

8.23.5. Será concedido o prazo de até 04 (quatro) horas para envio dos documentos solicitados, inclusive aqueles relativos à habilitação, contado da convocação pelo sistema, podendo ser prorrogado pelo pregoeiro, quando necessário à adequada instrução do processo. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a





realização de diligências, abrangendo também a fase de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.

8.23.6 Os prazos para envio da proposta final adequada bem como dos documentos de habilitação serão de, no mínimo, até quatro horas.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.25 O **licitante** ou o **contratado** será responsabilizado administrativamente pela seguinte infração, nos termos do Inciso V do artigo 155 da Lei 14.133/2021: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e demais itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.





9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. conter vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;





9.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

9.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, e, se for o caso de desconto, de forma linear em todos os itens de forma igualitária.

9.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.





9.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.





Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.19. Nos termos da legislação aplicável, caso o licitante seja declarado vencedor em razão de critério de desempate que envolva a existência de programa de integridade, o pregoeiro poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do efetivo cumprimento dessa exigência. A documentação apresentada deverá comprovar, de forma objetiva e suficiente, a existência e a efetiva implementação do programa de integridade no âmbito da empresa, nos termos estabelecidos neste edital. O não atendimento à exigência no prazo fixado poderá acarretar a desclassificação da proposta ou a perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.20. A critério do pregoeiro, a comprovação poderá ser exigida nos casos em que o desempate tenha sido resolvido com base em outros critérios previstos em lei, ou ainda em quaisquer outras situações que justifiquem a verificação do cumprimento do requisito.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura do ato.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A INTENÇÃO DE RECORRER DEVERÁ SER MANIFESTADA IMEDIATAMENTE, SOB PENA DE PRECLUSÃO;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.





10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados e permanecerão sempre abertos ao contraditório e ampla defesa.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação





11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaoextrema@yahoo.com.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA PROPOSTA, DA VALIDADE, DA APRESENTAÇÃO, DAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DO ACORDO COLETIVO E DA REPACTUAÇÃO

13.1 Da Validade da Proposta

As propostas apresentadas deverão possuir validade mínima de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua apresentação. A ampliação do prazo de validade da proposta visa resguardar o interesse público, garantindo que não haja alteração dos preços ou das condições ofertadas até a conclusão do procedimento licitatório e a formalização da contratação, assegurando previsibilidade, estabilidade contratual e segurança jurídica para a Administração.

13.2. Da Apresentação da Proposta Adequada

A licitante vencedora deverá apresentar proposta adequada ao valor final ofertado, observando rigorosamente o modelo constante do **Anexo IV do Edital**, bem como apresentar





as respectivas **Planilhas de Custos e Formação de Preços**, conforme modelos disponibilizados nos anexos do edital.

13.3. Das Planilhas de Custos e Formação de Preços

A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser elaborada individualmente para cada item da proposta, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução contratual.

Será admitida a apresentação da planilha em modelo próprio da licitante, desde que sua estrutura mantenha integral correspondência com os itens previstos no modelo disponibilizado pela Administração, sendo vedada a inclusão, exclusão, alteração ou inovação de rubricas que modifiquem a composição de custos estabelecida no edital.

Em observância à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU, é vedada a inclusão, o destaque ou o repasse, nas Planilhas de Custos e Formação de Preços, dos valores correspondentes ao **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ** e à **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL**, por constituírem tributos de natureza direta e personalíssima da contratada.

A Câmara Municipal de Extrema não disponibilizará modelos de planilhas em formato eletrônico editável (Excel), cabendo às licitantes a elaboração e apresentação dos documentos exigidos em formato próprio, observando rigorosamente os modelos constantes dos anexos do edital.

13.4. Do Acordo Coletivo de Trabalho

Para fins de elaboração das propostas e composição dos custos de mão de obra, deverá ser considerada a Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou Sentença Normativa vigente cuja data-base corresponda a **01 de janeiro de 2026 (01/01/2026)**. O prazo inicial de execução contratual considerado para elaboração das planilhas será de **12 (doze) meses**.

13.5. Da Repactuação dos Preços

A repactuação constitui instrumento destinado à manutenção do equilíbrio dos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da variação dos custos decorrentes da mão de obra vinculada à execução contratual.

A repactuação poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:





I – após o transcurso do interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado da data-base da categoria profissional vinculada ao contrato, prevista em acordo coletivo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa;

II – quando houver publicação de novo Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa que implique alteração dos pisos salariais, benefícios trabalhistas, encargos sociais ou demais custos obrigatórios da categoria profissional empregada na execução dos serviços.

A repactuação **dependerá de solicitação formal da contratada**, acompanhada de demonstração analítica da efetiva variação dos custos, mediante apresentação de nova Planilha de Custos e Formação de Preços e dos documentos comprobatórios pertinentes.

A repactuação não ocorrerá de forma automática, cabendo à contratada demonstrar a repercussão financeira dos novos custos sobre a execução contratual, ficando sua concessão condicionada à análise e aprovação pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 A execução dos serviços de vigilância patrimonial armada ocorrerá nas dependências da Câmara Municipal de Extrema/MG, e em seus anexos, bem como em eventos oficiais no município de Extrema, compreendendo atividades de prevenção, proteção patrimonial, controle de acesso de pessoas e veículos, preservação da ordem interna, acompanhamento de movimentações suspeitas e adoção das medidas preventivas necessárias à segurança institucional.

Os serviços serão prestados por vigilantes devidamente habilitados, uniformizados, armados e regularmente registrados perante os órgãos competentes, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.967/2024, normas da Polícia Federal e demais legislações aplicáveis à atividade de segurança privada.

Os postos serão executados mediante dedicação exclusiva de mão de obra, cabendo à contratada disponibilizar profissionais qualificados e em quantitativo suficiente para assegurar a perfeita execução contratual durante todo o período de vigência.

A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento da mão de obra, uniformes, equipamentos de proteção individual, armamentos, munições, meios de comunicação e demais recursos necessários à execução dos serviços.





14.2. Dos Postos Fixos Contínuos

A contratada deverá disponibilizar inicialmente 03 (três) postos fixos contínuos de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal.

Os postos funcionarão de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, observadas as normas trabalhistas aplicáveis e a necessidade de substituição imediata em casos de ausência, afastamento ou impedimento do vigilante escalado.

Compete aos vigilantes lotados nos postos fixos:

- I – controlar o acesso de servidores, vereadores, visitantes, prestadores de serviços e demais usuários;
- II – realizar inspeções visuais preventivas nas áreas internas e externas da Câmara;
- III – atuar preventivamente na preservação da integridade física das pessoas e do patrimônio público;
- IV – comunicar imediatamente à fiscalização contratual qualquer ocorrência relevante;
- V – adotar as providências iniciais cabíveis em situações de emergência, observados os limites legais da atividade.

14.3. Dos Postos Adicionais Sob Demanda

Poderão ser solicitados até 02 (dois) postos adicionais de vigilância armada, destinados ao reforço operacional temporário da segurança institucional.

O acionamento ocorrerá mediante solicitação formal da Administração, contendo a quantidade de postos, local de atuação, período de execução e demais informações necessárias ao atendimento da demanda.

A contratada deverá disponibilizar os profissionais solicitados no prazo máximo definido no contrato ou na Ordem de Serviço emitida pela Administração.





A utilização dos postos adicionais ocorrerá exclusivamente conforme necessidade da Câmara Municipal, não gerando obrigação de contratação mínima ou utilização integral da estimativa prevista.

14.4. Dos Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração

A Administração poderá solicitar a execução de até 52 (cinquenta e dois) dias estimados de postos extraordinários destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, cerimônias oficiais, eventos institucionais e demais atividades extraordinárias.

Os postos poderão ser demandados em dias úteis, finais de semana, feriados ou horários excepcionais.

O acionamento ocorrerá mediante comunicação prévia da Administração contendo:

- I – data do evento;
- II – horário de início e término;
- III – quantidade de postos necessários;
- IV – local de execução;
- V – orientações operacionais específicas.

Os vigilantes designados deverão permanecer integralmente à disposição durante o período contratado para o evento.

14.5. Dos Postos Extraordinários por Hora para Eventos de Curta Duração

A Administração poderá solicitar até 208 (duzentas e oito) horas anuais estimadas de vigilância armada para atendimento de eventos institucionais de curta duração.

Cada acionamento corresponderá, em regra, à jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, sem prejuízo de ajustes específicos definidos pela Administração conforme a necessidade operacional.





Os serviços poderão ser executados em período diurno ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

O pagamento ocorrerá exclusivamente pelas horas efetivamente autorizadas, executadas e atestadas pela fiscalização contratual.

14.6. Do Acionamento dos Serviços Sob Demanda

Os serviços previstos nos Itens 02, 03 e 04 serão executados exclusivamente mediante requisição formal da Câmara Municipal.

A requisição conterá, no mínimo:

I – identificação do evento ou necessidade operacional;

II – quantidade de postos solicitados;

III – local de execução;

IV – data e horário de início;

V – duração estimada dos serviços.

14.7. Da Substituição de Vigilantes

A contratada deverá promover a substituição imediata de vigilante ausente, afastado, licenciado ou impedido de exercer suas funções.

Não será admitida interrupção da prestação dos serviços em razão de faltas, férias, afastamentos ou quaisquer situações relacionadas à gestão de pessoal da contratada.

14.8. Da Fiscalização e Medição

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Câmara Municipal.

A fiscalização verificará, entre outros aspectos:





I – assiduidade e pontualidade dos vigilantes;

II – correta utilização de uniformes e equipamentos;

III – habilitação profissional dos vigilantes;

IV – cumprimento dos horários contratados;

V – atendimento das ordens de serviço emitidas pela Administração;

VI – qualidade dos serviços prestados.

A medição dos serviços ocorrerá mensalmente para os postos fixos contínuos e conforme efetiva execução para os postos eventuais e extraordinários.

Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, comprovados e atestados pela fiscalização contratual.

14.9. O objeto será executado pelo **regime de execução indireta, empreitada por preço unitário**, mediante prestação contínua de serviços, observadas as condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

14.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA durante toda a vigência contratual.

14.11. Não será exigida garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, salvo disposição superveniente da Administração devidamente justificada.

14.12. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável perante a CONTRATANTE pela execução dos serviços, exceto autorização prévia e expressa da Administração, observadas as disposições legais aplicáveis.





15 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

15.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.8 O gestor/fiscal de contratos anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.8.1 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.





15.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

15.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

15.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

15.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser





conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.12 O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora e fiscal do contrato, conforme Portarias nº 29/2025 e nº 30/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-la mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.

15.13 A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

15.14 Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.15 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;





- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

16 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

16.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e executado nas condições estabelecidas.

16.2 No caso de controvérsia sobre a entrega / execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

16.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

16.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

16.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;





- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

16.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

16.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

16.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

16.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário. Poderá ser





realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

16.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

16.17 Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

17 DA COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL PARA CONTRATAÇÃO

17.1 A licitante vencedora deverá apresentar, como condição para a assinatura do contrato, **Ato de Autorização de Funcionamento expedido pela Polícia Federal**, válido na data de sua apresentação, compatível com a atividade de vigilância patrimonial armada objeto da contratação, nos termos da legislação vigente aplicável aos serviços de segurança privada.

17.2 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser realizada no prazo estabelecido pela Administração para a formalização da contratação, mediante apresentação do respectivo documento válido e em plena vigência.

17.3 A não apresentação do documento exigido, sua apresentação com prazo de validade expirado, ou a constatação de incompatibilidade entre a autorização e o objeto da contratação, caracterizará a recusa injustificada em celebrar o contrato, facultando à Administração revogar a adjudicação e convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para apresentação da documentação e eventual contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis previstas no edital e na legislação pertinente.

17.4 Nesse caso, a Administração poderá convocar a licitante classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, para comprovar o atendimento dos requisitos exigidos e





celebrar o contrato, observadas as condições da proposta vencedora ou aquelas admitidas pela legislação aplicável.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgado o julgamento, a adjudicação e a homologação dos resultados da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

18.11. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de licitação ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento





do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

18.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO II	MATRIZ DE RISCO
ANEXO III	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO IV	PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO V	PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS)
ANEXO VI	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VII	PROJETO BÁSICO
ANEXO VIII	MODELOS PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Extrema, MG, 24 de junho de 2026.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA
PRESIDENTE





ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

1.1 OBJETO: Contratação de prestação de serviços continuados especializados de vigilância armada com dedicação de mão de obra exclusiva mediante requisição: **ITEM 01 - 03** (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h; **ITEM 02 - 02** (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h; **ITEM 03 – 52** (cinquenta e dois) dias estimados em Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais; **ITEM 04 – 208** (duzentas e oito) horas anuais estimadas (jornada de 04 horas por posto) em Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.

2. REGIME DE EXECUÇÃO: O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, mediante demanda.





2.1 Os serviços objeto deste contrato serão executados nas dependências da CONTRATANTE, em sua sede e seus anexos, bem como em eventos no município de Extrema, MG.

2.2 ASPECTOS RELEVANTES DA CONTRATAÇÃO:

- a) A presente contratação possui natureza continuada e essencial ao regular funcionamento das atividades institucionais da Câmara Municipal, destinando-se à proteção de seu patrimônio, servidores, vereadores, colaboradores e munícipes que frequentam suas dependências.
- b) Destaca-se que a solução foi estruturada de forma a contemplar não apenas a cobertura ordinária das dependências da Câmara, mediante postos fixos contínuos, mas também a possibilidade de ampliação temporária da segurança institucional por meio de postos adicionais sob demanda, bem como cobertura extraordinária para eventos institucionais de longa e curta duração.
- c) Os quantitativos estimados foram definidos com base nas necessidades operacionais da Administração, considerando a rotina administrativa da Câmara Municipal, o histórico de realização de sessões solenes, audiências públicas, reuniões institucionais, eventos oficiais e demais atividades que demandam reforço temporário da estrutura de segurança.
- d) Ressalta-se que os quantitativos previstos para postos adicionais, diárias extraordinárias e horas extraordinárias possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração, sendo sua utilização condicionada à efetiva necessidade e mediante requisição formal durante a vigência contratual.
- e) A contratação de empresa especializada devidamente autorizada pelos órgãos competentes constitui medida indispensável para assegurar a adequada execução dos serviços, a observância da legislação aplicável à atividade de segurança privada e a manutenção dos padrões de segurança exigidos para o exercício das atividades institucionais da Câmara Municipal.
- f) A previsão de postos extraordinários por hora destina-se ao atendimento de necessidades eventuais de segurança institucional em atividades de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, tais como reuniões institucionais, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais eventos que não demandem a mobilização de um posto diário integral. A adoção da contratação por hora busca conferir maior





economicidade e eficiência à Administração, evitando a contratação de jornadas completas quando a necessidade operacional estiver limitada a períodos reduzidos de tempo. Para fins de estimativa, considerou-se a jornada média de 04 (quatro) horas por acionamento, compatível com a duração normalmente observada nos eventos institucionais realizados pela Câmara Municipal, totalizando a previsão anual de 208 (duzentas e oito) horas, correspondente a aproximadamente 52 (cinquenta e dois) acionamentos ao longo do ano, sem constituir obrigação de contratação integral pela Administração, cuja utilização ficará condicionada à efetiva necessidade do serviço e à emissão de requisição formal.

g) O posto poderá permanecer descoberto durante o período destinado ao intervalo de almoço ou jantar do profissional, não sendo devida qualquer indenização, compensação ou pagamento adicional em razão da não cobertura do posto durante referido intervalo.

h) A presente licitação, processada no sistema COMPRASGOV, terá sua disputa definida pelo menor valor global estimado para o período de 60 (sessenta) meses. Todavia, registra-se que a licitação se destina à contratação para 05 (cinco) anos, sendo que o contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.

i) A licitante deverá apresentar planilha de composição de custos individuais para cada item de sua proposta, conforme modelo estabelecido no Edital. Essa planilha tem a finalidade de demonstrar, de forma clara e detalhada, todos os elementos que compõem o preço ofertado, permitindo a análise da exequibilidade e da compatibilidade dos valores apresentados com as exigências do certame. Cada item da proposta deverá ser discriminado individualmente, contendo a descrição dos custos diretos e indiretos envolvidos, tais como materiais, mão de obra, encargos sociais, tributos, despesas administrativas e demais componentes pertinentes. A apresentação deve seguir rigorosamente o modelo fornecido no Edital, garantindo padronização e facilitando a avaliação pela Comissão de Licitação. O não atendimento a essa exigência poderá implicar na desclassificação da proposta, uma vez que a ausência da composição detalhada compromete a transparência e a análise técnica dos preços ofertados. Dessa forma, a planilha de custos constitui documento essencial para a adequada instrução do processo licitatório.





j) A Contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os equipamentos, materiais, armamentos, acessórios, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância armada, observando a legislação vigente, as normas da Polícia Federal e demais regulamentações aplicáveis.

3. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

3.1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de manutenção e ampliação dos serviços de vigilância armada prestados nas dependências da Câmara Municipal de Extrema. Embora exista contrato vigente para execução dos serviços de segurança patrimonial, o instrumento atualmente em vigor não comporta acréscimos quantitativos suficientes para atender às demandas surgidas após a expansão da estrutura física e operacional da instituição. Nos últimos anos, a Câmara Municipal ampliou significativamente sua atuação junto à população por meio da implantação e funcionamento de novas unidades e serviços, destacando-se a Unidade de Atendimento Integrada – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão, os quais passaram a integrar a estrutura administrativa e de atendimento ao público, gerando aumento do fluxo de pessoas, da circulação de documentos, da movimentação patrimonial e da necessidade de proteção institucional. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados de vigilância armada com dedicação de mão de obra exclusiva, contemplando postos fixos contínuos, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários para cobertura de eventos institucionais, de modo a assegurar a proteção do patrimônio público, a integridade física de servidores, vereadores, colaboradores e cidadãos, bem como garantir condições adequadas de segurança para o regular desempenho das atividades institucionais desenvolvidas pela Câmara Municipal.

A contratação pretendida atende ao interesse público ao garantir condições adequadas de segurança para o funcionamento das atividades institucionais da Câmara Municipal, contribuindo para a proteção do patrimônio público, da integridade física de servidores, vereadores, colaboradores e cidadãos que utilizam os serviços oferecidos pela instituição. A





ampliação da estrutura administrativa, com a incorporação de novos espaços e unidades de atendimento à população, resultou no aumento da circulação de pessoas e da necessidade de controle e vigilância das dependências públicas. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada em vigilância armada mostra-se medida necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos, prevenir ocorrências que possam comprometer a ordem e a segurança institucional e proporcionar ambiente adequado para o atendimento da população e o desenvolvimento das atividades legislativas e administrativas, em observância aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da proteção do patrimônio público.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL O PAC

4.1 A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal de Extrema, em conformidade com o planejamento administrativo e orçamentário do órgão.

O objeto está registrado no Plano de Contratações Anual nos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	PAC
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	426
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	537
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	427
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	538

A inclusão da contratação no planejamento anual demonstra a necessidade previamente identificada pela Administração, observando os princípios da eficiência, planejamento,





continuidade do serviço público e racionalização dos recursos públicos. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2025 e também no ComprasGov.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

I - Para atendimento da presente contratação, a empresa a ser contratada deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- a) A contratação deverá ser realizada junto a empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, devidamente autorizada a funcionar pelos órgãos competentes, observando integralmente a legislação aplicável à atividade de segurança privada e demais normas correlatas;
- b) A contratada deverá possuir autorização de funcionamento bem como comprovar a regularidade de sua atividade durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela manutenção das licenças, alvarás, certificados e demais documentos exigidos pela legislação.
- c) Os profissionais disponibilizados para execução dos serviços deverão possuir formação específica para o exercício da atividade de vigilante, curso de reciclagem atualizado, porte funcional válido, aptidão física e psicológica compatíveis com as atribuições desempenhadas e demais requisitos previstos na legislação aplicável.
- d) A contratada deverá disponibilizar profissionais uniformizados, identificados e equipados com os equipamentos de proteção individual, armamentos, munições, meios de comunicação e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços, observadas as exigências legais e regulamentares pertinentes.
- e) Os serviços deverão ser prestados mediante dedicação exclusiva de mão de obra nos postos efetivamente requisitados pela Administração, abrangendo postos fixos contínuos, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários para eventos institucionais, conforme necessidades operacionais da Câmara Municipal.
- f) A contratada deverá assegurar a imediata substituição de profissionais ausentes por motivo de férias, afastamentos, licenças, faltas ou quaisquer outras ocorrências que possam comprometer a continuidade da prestação dos serviços.
- g) Os serviços deverão ser executados na sede da Câmara Municipal, em seus anexos e em locais de realização de eventos institucionais no Município de Extrema/MG, conforme requisição formal da Administração.





- h) A execução contratual deverá observar rigorosamente os horários, escalas, quantitativos e locais definidos pela Administração, bem como as orientações dos fiscais e gestores do contrato.
- i) A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, tributárias e convencionais decorrentes da execução contratual, responsabilizando-se exclusivamente pelos encargos relativos aos profissionais empregados na prestação dos serviços.
- j) A contratação possui natureza continuada e essencial, devendo a empresa manter capacidade operacional suficiente para atender tanto aos postos fixos quanto às demandas extraordinárias eventualmente requisitadas pela Administração durante toda a vigência contratual.
- k) Considerando a natureza do objeto, não haverá exigência de amostras, prova de conceito ou visita técnica obrigatória, uma vez que as características dos serviços podem ser adequadamente descritas nos documentos da contratação e avaliadas mediante a comprovação da qualificação técnica e da regularidade dos documentos de habilitação da empresa licitante.
- l) A Contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os equipamentos, materiais, armamentos, acessórios, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância armada, observando a legislação vigente, as normas da Polícia Federal e demais regulamentações aplicáveis.

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido pela Receita Federal do Brasil: **CNPJ/MF**;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- c) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- d) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;





- e) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- f) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

IV - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, que comprove a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

A quantidades estimada do produto a ser contratado está estabelecido na tabela a seguir:





ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO 60 MESES
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	03	R\$ 8.663,97	12 meses	R\$ 311.902,92	R\$ 1.559.514,60
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	02	R\$ 8.673,97	12 meses	R\$ 208.175,28	R\$ 1.040.876,40
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	01	R\$ 1.026,51	52 dias	R\$ 53.378,52	R\$ 266.892,60





04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	Hora de vigilância armada	R\$ 150,00	208 horas	R\$ 31.200,00	R\$ 156.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES					R\$ 604.656,72	-
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 60 MESES					-	R\$ 3.023.283,60

Contratações correlatas e/ou interdependentes: Registra-se, por fim, que a Câmara Municipal de Extrema possui contrato vigente para o serviço em questão, o qual se encontra próximo do término de sua vigência e não será renovado, uma vez que a necessidade atual da Administração exige a contratação de novos postos de vigilância, em quantitativo que não pode ser adequadamente atendido mediante simples alteração do contrato em vigor. Assim, faz-se necessária a realização de nova licitação, contemplando a real demanda da Câmara Municipal e garantindo a continuidade e a adequada execução dos serviços.





6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

LEVANTAMENTO DE MERCADO (PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS)

Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade da Câmara Municipal de Extrema, consistente na prestação de serviços continuados especializados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra. A análise contemplou as alternativas potencialmente aplicáveis à realidade da Administração, considerando aspectos de viabilidade técnica, operacional, econômica, segurança institucional e atendimento ao interesse público.

Alternativa 1 – Execução direta pela Administração

A execução direta dos serviços por servidores próprios mostrou-se inviável, considerando que a Câmara Municipal não dispõe, em seu quadro de pessoal, de cargos efetivos destinados ao exercício de atividades de vigilância armada, tampouco de estrutura administrativa apta a promover a formação, capacitação, supervisão e gestão operacional dos profissionais necessários.

Além disso, a atividade exige observância de requisitos específicos previstos na legislação aplicável à segurança privada, incluindo autorização e fiscalização pelos órgãos competentes, circunstâncias que tornam a terceirização a solução mais adequada e eficiente.

Alternativa 2 – Contratação de vigilância desarmada

Foi analisada a possibilidade de contratação de vigilância desarmada. Contudo, essa alternativa não se mostra suficiente para atender integralmente às necessidades da Câmara Municipal, considerando a natureza do patrimônio público tutelado, a necessidade de prevenção de ocorrências de maior potencial ofensivo e a busca por maior capacidade de resposta em situações que possam comprometer a segurança de pessoas, bens e instalações. Dessa forma, a vigilância armada apresenta-se como solução mais compatível com o nível de segurança exigido para o adequado resguardo do patrimônio público e das atividades institucionais desenvolvidas.

Alternativa 3 – Contratação por demanda eventual

Também foi avaliada a contratação de profissionais de vigilância apenas em ocasiões específicas ou mediante acionamento eventual. Entretanto, tal modelo não atende à





necessidade permanente e contínua de proteção das instalações da Câmara Municipal, uma vez que a atividade de vigilância exige presença constante, monitoramento ininterrupto e atuação preventiva.

A adoção desse formato poderia comprometer a segurança institucional e gerar descontinuidade na prestação dos serviços.

Alternativa 4 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, mostrou-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

Esse modelo possibilita a disponibilização de profissionais devidamente habilitados, treinados e autorizados para o exercício da atividade, além de transferir à contratada a responsabilidade pelo fornecimento de uniformes, equipamentos, armamentos, munições, equipamentos de proteção individual, substituições, cobertura de ausências e demais obrigações inerentes à execução dos serviços.

Adicionalmente, o modelo assegura maior eficiência na gestão contratual, permite a definição objetiva dos níveis de serviço esperados e garante a continuidade da vigilância durante toda a vigência contratual.

Conclusão

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra representa a solução mais vantajosa e adequada para atender às necessidades da Câmara Municipal de Extrema.

O modelo proposto no presente processo de contratação encontra-se alinhado às práticas adotadas pela Administração Pública para serviços dessa natureza, proporcionando maior segurança institucional, adequada proteção do patrimônio público, continuidade da prestação dos serviços e melhor relação entre custo e benefício, razão pela qual se recomenda sua adoção como solução apta ao atendimento da demanda identificada.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR





A escolha da contratação do objeto especificado fundamenta-se em aspectos técnicos e econômicos que garantem a adequação da solução ao objeto pretendido pela Administração Pública.

Justificativa Técnica

A presente contratação tem por objetivo assegurar a adequada prestação dos serviços de vigilância armada nas dependências da Câmara Municipal de Extrema e em suas unidades vinculadas, considerando a necessidade de ampliação da cobertura de segurança em razão do aumento das atividades institucionais e da expansão física dos serviços disponibilizados à população.

Nos últimos anos, verificou-se um crescimento significativo da demanda pelos serviços públicos prestados pela Câmara Municipal por meio da Unidade de Atendimento Integrada – UAI, do PROCON Câmara e da Casa do Cidadão, circunstância que resultou na ampliação das atividades desenvolvidas e no aumento do fluxo diário de cidadãos, servidores, colaboradores e visitantes nas respectivas instalações.

Destaca-se, ainda, que a expansão dos serviços da UAI demandou a locação de novo imóvel para abrigar parte de suas atividades, ampliando a área física sob responsabilidade da Câmara Municipal e, conseqüentemente, aumentando a necessidade de controle de acesso, proteção patrimonial, prevenção de ocorrências e garantia da segurança dos usuários e agentes públicos que frequentam o local.

Da mesma forma, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão desempenham atividades de atendimento direto ao público, concentrando elevado fluxo de pessoas e documentação de interesse dos cidadãos, o que exige a adoção de medidas adequadas de segurança para preservação da ordem, proteção do patrimônio público e mitigação de riscos inerentes à prestação desses serviços.

Nesse contexto, o quantitativo atualmente contratado mostra-se insuficiente para atender de forma adequada à realidade operacional existente, especialmente diante da ampliação das estruturas físicas e do incremento das atividades desenvolvidas pelas unidades vinculadas à Câmara Municipal. A manutenção do cenário atual poderia comprometer a capacidade de vigilância dos imóveis, reduzir a efetividade das ações preventivas e impactar negativamente a segurança dos ambientes institucionais.

A contratação pretendida visa garantir a presença permanente de profissionais qualificados e devidamente habilitados para o exercício da atividade de vigilância armada, assegurando o monitoramento das instalações, o controle de acesso de pessoas e veículos,





a proteção dos bens públicos e a pronta atuação em situações que demandem intervenção preventiva ou corretiva.

Dessa forma, a ampliação da contratação decorre de necessidade administrativa devidamente caracterizada, fundamentada na expansão dos serviços prestados pela Câmara Municipal, no aumento da circulação de usuários e na incorporação de novas instalações à sua estrutura operacional, constituindo medida indispensável para assegurar a continuidade, a eficiência e a segurança dos serviços públicos colocados à disposição da população.

Justificativa econômica

Sob o aspecto econômico, a contratação dos serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Câmara Municipal de Extrema, considerando a necessidade de garantir a segurança das instalações públicas e a continuidade dos serviços prestados à população.

A execução indireta dos serviços por meio de empresa especializada permite à Administração obter mão de obra qualificada e devidamente habilitada, sem a necessidade de criação de cargos efetivos, realização de concursos públicos, aquisição de armamentos, equipamentos de proteção individual, uniformes, sistemas de comunicação e demais recursos indispensáveis ao exercício da atividade. Além disso, a contratada assume a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e operacionais inerentes à prestação dos serviços, reduzindo custos administrativos e riscos relacionados à gestão de pessoal.

A ampliação da estrutura física e operacional da Câmara Municipal, especialmente em razão do crescimento das atividades desenvolvidas pela Unidade de Atendimento Integrada – UAI, da utilização de novo imóvel para atendimento ao público, bem como da atuação do PROCON Câmara e da Casa do Cidadão, demanda reforço das medidas de segurança patrimonial e de proteção dos usuários dos serviços públicos. Nesse cenário, a contratação de postos adicionais de vigilância representa investimento necessário para assegurar o adequado funcionamento dessas unidades e evitar prejuízos decorrentes de ocorrências que possam comprometer o patrimônio público, a integridade das pessoas ou a continuidade dos atendimentos prestados.

Ademais, a adoção de contrato único e estruturado para atendimento das necessidades atuais da Administração proporciona maior racionalização dos recursos públicos, permitindo o adequado dimensionamento dos postos de serviço, a padronização dos procedimentos operacionais e a obtenção de maior eficiência na gestão contratual.





Verifica-se, portanto, que os custos decorrentes da contratação são compatíveis com os benefícios esperados, especialmente no que se refere à proteção do patrimônio público, à mitigação de riscos operacionais, à preservação da ordem nas unidades de atendimento e à garantia de continuidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida atende aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública, constituindo a solução economicamente mais adequada para suprir as necessidades atuais da Câmara Municipal de Extrema.

7. INDICAÇÃO DE DIFERENTES SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO (CONSIDERANDO, AINDA, O CICLO DE VIDA DO OBJETO)

Para atendimento da necessidade de segurança patrimonial, controle de acesso, proteção de servidores, agentes públicos, usuários e visitantes das dependências da Câmara Municipal de Extrema e de suas unidades vinculadas, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado, considerando aspectos de viabilidade técnica, operacional, econômica e o ciclo de vida do objeto.

Solução 1 – Monitoramento eletrônico exclusivo

Consiste na utilização de sistemas de câmeras, alarmes, sensores de presença, cercas eletrônicas e demais recursos tecnológicos, sem a presença permanente de vigilantes.

Embora represente ferramenta complementar importante para a segurança patrimonial, essa alternativa não se mostra suficiente para atender às necessidades da Câmara Municipal, uma vez que não possibilita atuação preventiva presencial, controle efetivo de acesso, orientação ao público, intervenção imediata em situações de conflito ou atendimento às demandas decorrentes da realização de eventos institucionais e atividades com elevada circulação de pessoas.

Além disso, sistemas eletrônicos dependem de monitoramento e resposta humana para que sua efetividade seja plenamente alcançada.

Solução 2 – Vigilância desarmada

Outra solução disponível consiste na contratação de vigilância patrimonial desarmada.

Entretanto, considerando a natureza dos bens públicos protegidos, o elevado fluxo de usuários atendidos pelas unidades vinculadas à Câmara Municipal, a realização frequente de eventos institucionais e a necessidade de adoção de medidas preventivas mais robustas, conclui-se que a vigilância desarmada apresenta menor capacidade dissuasória e menor aptidão para





atendimento de situações que demandem pronta intervenção em ocorrências de maior potencial ofensivo.

Solução 3 – Contratação exclusiva de postos fixos permanentes

Foi analisada a possibilidade de contratação apenas de postos permanentes para atendimento de todas as demandas de segurança institucional.

Todavia, essa alternativa acarretaria custos permanentes para atendimento de necessidades que possuem natureza eventual ou sazonal, como eventos institucionais, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e situações extraordinárias que exigem reforço temporário da segurança.

Nesse cenário, haveria risco de ociosidade de recursos em determinados períodos e aumento desnecessário dos custos contratuais.

Solução 4 – Contratação exclusivamente sob demanda

Também foi considerada a contratação dos serviços apenas mediante acionamentos eventuais.

Contudo, tal modelo não atende às necessidades permanentes de segurança patrimonial das instalações da Câmara Municipal e de suas unidades de atendimento ao público, uma vez que a vigilância constitui atividade contínua e indispensável à preservação da ordem, proteção dos bens públicos e segurança dos usuários.

A ausência de postos permanentes comprometeria a continuidade e a efetividade das ações de segurança institucional.

Solução 5 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada com postos permanentes e quantitativos flexíveis para atendimento de demandas eventuais

A solução identificada como mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra, contemplando postos fixos permanentes para cobertura ordinária das instalações da Câmara Municipal, postos adicionais sob demanda para reforço operacional temporário e postos extraordinários destinados à cobertura de eventos institucionais de longa e curta duração.

Esse modelo proporciona equilíbrio entre segurança, eficiência operacional e economicidade, uma vez que assegura cobertura permanente dos locais que demandam vigilância contínua e, simultaneamente, permite a ampliação temporária da estrutura de segurança apenas quando efetivamente necessária.

Considerações sobre o ciclo de vida do objeto





O ciclo de vida do objeto envolve não apenas os custos diretos da contratação, mas também os custos associados à gestão operacional, treinamento, reposição de profissionais, fornecimento de uniformes, armamentos, munições, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação, supervisão operacional e substituições decorrentes de ausências legais ou eventuais.

No modelo proposto, todos esses elementos permanecem sob responsabilidade da empresa contratada, reduzindo encargos administrativos para a Câmara Municipal e assegurando a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual.

Além disso, a estruturação da contratação em postos fixos, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários permite adequação contínua da segurança às necessidades institucionais, evitando tanto a insuficiência quanto a ociosidade de recursos, o que contribui para a melhor relação entre custo e benefício ao longo de todo o ciclo de vida da contratação.

Conclusão

Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra, contemplando postos permanentes e quantitativos flexíveis para atendimento de demandas extraordinárias e eventuais, representa a solução mais vantajosa e adequada para a Câmara Municipal de Extrema.

O modelo adotado permite atendimento integral das necessidades permanentes e transitórias de segurança institucional, promove maior eficiência na utilização dos recursos públicos, assegura continuidade operacional e proporciona adequada proteção ao patrimônio público, aos servidores e aos cidadãos que utilizam os serviços disponibilizados pela Câmara Municipal.



**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação está relacionado na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO 60 MESES
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	03	R\$ 8.663,97	12 meses	R\$ 311.902,92	R\$ 1.559.514,60
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	02	R\$ 8.673,97	12 meses	R\$ 208.175,28	R\$ 1.040.876,40
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária	01	R\$ 1.026,51	52 dias	R\$ 53.378,52	R\$ 266.892,60





	integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.					
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	Hora de vigilância armada	R\$ 150,00	208 horas	R\$ 31.200,00	R\$ 156.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES					R\$ 604.656,72	-
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 60 MESES					-	R\$ 3.023.283,60

As memórias de cálculo e os documentos que as fundamentam estão detalhados na **análise crítica dos dados coletados.**

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, visando assegurar a proteção das instalações, do patrimônio público, dos servidores,





agentes públicos, colaboradores, visitantes e usuários dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Extrema.

A contratação foi estruturada de forma a contemplar tanto as necessidades permanentes de segurança institucional quanto as demandas extraordinárias decorrentes da realização de eventos, sessões, audiências públicas, cerimônias oficiais e demais atividades promovidas pela Câmara Municipal.

A solução compreende a disponibilização de vigilantes devidamente habilitados, capacitados e autorizados para o exercício da atividade, observando-se todas as exigências previstas na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à segurança privada, à legislação trabalhista e às normas expedidas pelos órgãos competentes.

O objeto será composto pelos seguintes elementos:

- I – Prestação contínua de serviços de vigilância armada mediante disponibilização de 03 (três) postos fixos, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h;
- II – Disponibilização de até 02 (dois) postos adicionais sob demanda, destinados ao reforço temporário da segurança institucional, mediante solicitação formal da Administração, sempre que houver necessidade operacional superveniente;
- III – Disponibilização de postos extraordinários destinados à cobertura de eventos institucionais de longa duração, mediante acionamento prévio da Administração, incluindo atividades realizadas em finais de semana, feriados e horários excepcionais;
- IV – Disponibilização de postos extraordinários por hora para atendimento de eventos institucionais de curta duração, conforme necessidade específica da Administração.

A contratada deverá fornecer integralmente todos os recursos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra especializada, armamentos, munições, coletes balísticos, equipamentos de comunicação, uniformes, equipamentos de proteção individual, materiais de apoio operacional e demais itens indispensáveis ao adequado desempenho das atividades.

Os profissionais disponibilizados deverão possuir formação específica para a função, reciclagens periódicas obrigatórias, porte funcional regular e demais requisitos exigidos pela legislação aplicável à atividade de vigilância armada.

A contratada será responsável pela supervisão dos serviços, pela substituição imediata de profissionais ausentes, pelo gerenciamento operacional das equipes e pela adoção de todas as medidas necessárias para garantir a continuidade da execução contratual.

Manutenção dos Equipamentos





A manutenção dos equipamentos utilizados na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da contratada.

Todos os armamentos, equipamentos de comunicação, coletes balísticos, lanternas, acessórios operacionais e demais recursos empregados deverão permanecer em perfeitas condições de funcionamento durante toda a vigência contratual.

A contratada deverá promover, às suas expensas, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como realizar substituição imediata sempre que constatados defeitos, desgaste excessivo, perda de validade, danos ou qualquer condição que comprometa a segurança ou a adequada execução dos serviços.

Os coletes balísticos deverão possuir certificações e prazo de validade vigente durante toda a execução contratual, cabendo à contratada sua substituição sempre que necessário.

Assistência Técnica

Considerando a natureza do objeto, não há necessidade de prestação de assistência técnica em favor da Câmara Municipal nos moldes tradicionalmente aplicáveis à aquisição de bens ou equipamentos.

Todavia, a contratada deverá assegurar suporte operacional permanente relacionado aos equipamentos e recursos empregados na execução dos serviços, promovendo imediatamente os reparos, substituições e ajustes necessários sempre que identificadas falhas que possam comprometer a continuidade, eficiência ou segurança da prestação contratual.

Resultado Esperado

Com a implementação da solução proposta, espera-se garantir cobertura adequada e contínua das necessidades de segurança institucional da Câmara Municipal de Extrema, proporcionando proteção patrimonial, controle de acesso, prevenção de ocorrências, apoio à realização de eventos institucionais e maior segurança aos servidores e cidadãos que utilizam os serviços públicos disponibilizados pela Administração.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, considerando a necessidade de ampliação da competitividade sem prejuízo da eficiência administrativa e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.





O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços continuados especializados de vigilância patrimonial armada, abrangendo postos fixos permanentes, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários destinados ao atendimento de eventos institucionais e necessidades operacionais específicas da Câmara Municipal de Extrema.

Embora os quantitativos estejam distribuídos em itens distintos para fins de mensuração, formação de preços, gerenciamento contratual e eventual acionamento conforme a demanda administrativa, verifica-se que todos os itens possuem identidade de natureza, finalidade operacional comum e estreita interdependência na execução contratual, integrando uma única solução de segurança institucional.

Os serviços previstos nos itens da contratação demandam os mesmos requisitos de habilitação técnica, estrutura operacional, supervisão, logística, gestão de pessoal, fornecimento de armamentos, munições, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação, uniformes e demais recursos indispensáveis à execução do objeto. Não se trata, portanto, de serviços autônomos ou independentes, mas de parcelas funcionalmente vinculadas que compõem um único sistema de vigilância patrimonial.

A eventual divisão da contratação em lotes ou contratos distintos poderia acarretar a atuação simultânea de múltiplas empresas prestadoras de serviços em uma mesma estrutura de segurança, com potencial comprometimento da padronização dos procedimentos operacionais, aumento da complexidade da fiscalização contratual, fragmentação das responsabilidades e maior dificuldade de coordenação das ações de vigilância.

Além disso, a unificação do objeto em um único lote possibilita ganhos de escala, otimização dos custos administrativos e operacionais, melhor aproveitamento da estrutura de supervisão e gerenciamento da contratada, bem como maior eficiência na gestão do contrato pela Administração, fatores que contribuem para a obtenção de proposta economicamente mais vantajosa.

Importa destacar que a adoção do critério de julgamento pelo menor valor global não restringe indevidamente a competitividade do certame, uma vez que o mercado de vigilância patrimonial é amplamente composto por empresas especializadas aptas a executar integralmente os serviços pretendidos, sendo prática consolidada no setor a contratação conjunta de postos permanentes e eventuais sob a gestão de um único prestador.

Ademais, os itens referentes aos postos adicionais sob demanda e aos postos extraordinários constituem meros desdobramentos operacionais do serviço principal,





possuindo caráter acessório e complementar em relação aos postos fixos permanentes, circunstância que reforça a conveniência de sua execução por uma mesma contratada.

Diante desse contexto, conclui-se que o parcelamento da contratação não se mostra técnica nem economicamente recomendável, uma vez que a execução integrada do objeto proporciona maior eficiência operacional, simplificação da gestão contratual, uniformidade dos procedimentos de segurança, adequada definição de responsabilidades e maior vantajosidade para a Administração Pública.

Assim, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, vantajosidade e interesse público, justifica-se a realização da licitação em lote único, com julgamento pelo menor valor global, mantendo-se os itens individualizados apenas para fins de composição de custos, medição, controle da execução e eventual acionamento conforme as necessidades da Câmara Municipal de Extrema.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A presente contratação tem por finalidade assegurar a adequada proteção do patrimônio público, a segurança dos servidores, agentes públicos, colaboradores, visitantes e usuários dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Extrema, bem como garantir a continuidade e a eficiência das atividades institucionais desenvolvidas em suas dependências e unidades vinculadas.

Os resultados pretendidos decorrem da adoção de modelo de contratação estruturado para atender, de forma integrada, tanto as demandas permanentes de vigilância quanto as necessidades extraordinárias relacionadas a eventos institucionais, reforços operacionais e situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança.

Sob o aspecto da economicidade, busca-se a contratação de solução capaz de proporcionar adequada relação entre custo e benefício, mediante o dimensionamento compatível dos postos de vigilância com as necessidades efetivamente identificadas pela Administração. A adoção de postos adicionais e extraordinários sob demanda evita a manutenção permanente de efetivos superiores aos necessários para a rotina administrativa, permitindo que os recursos públicos sejam empregados apenas quando houver efetiva necessidade operacional.





A contratação também possibilita a redução de custos indiretos relacionados à gestão de pessoal, aquisição de equipamentos, manutenção de armamentos, fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual, treinamentos, substituições de profissionais e demais encargos inerentes à atividade de vigilância armada, os quais permanecerão sob responsabilidade da empresa contratada.

Em relação ao aproveitamento dos recursos humanos, a solução permite que os servidores e colaboradores da Câmara Municipal permaneçam dedicados às suas atribuições institucionais e finalísticas, sem necessidade de envolvimento em atividades operacionais relacionadas à segurança patrimonial, favorecendo maior eficiência administrativa e melhor distribuição das atividades internas.

Quanto aos recursos materiais, a contratação assegura que todos os equipamentos necessários à execução dos serviços sejam fornecidos, gerenciados, mantidos e substituídos pela contratada, garantindo a disponibilidade contínua dos meios indispensáveis à adequada prestação dos serviços, sem necessidade de investimentos diretos da Administração na aquisição e manutenção desses recursos.

No tocante aos recursos financeiros, a estruturação da contratação em lote único, contemplando postos permanentes e quantitativos eventuais sob demanda, possibilita maior previsibilidade orçamentária, racionalização dos gastos públicos e melhor controle da execução contratual, evitando contratações fragmentadas e reduzindo custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos.

Além disso, espera-se aprimorar os níveis de segurança institucional, fortalecer os mecanismos de proteção patrimonial, ampliar a capacidade de resposta a situações de risco e proporcionar maior segurança aos cidadãos que utilizam os serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, especialmente nas unidades de atendimento ao público e durante a realização de eventos institucionais.

Dessa forma, os resultados pretendidos consistem na obtenção de solução operacionalmente eficiente, economicamente vantajosa e compatível com as necessidades atuais da Câmara Municipal de Extrema, promovendo o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.





12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

As providências a seguir devem ser adotadas antes da celebração do contrato:

- a) Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
- b) Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;
- c) Definições dos locais onde devem ser realizados os serviços;
- d) Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
- e) Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);
- f) Submeter a autuação e os documentos que comporão esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema possui contrato vigente para o serviço em questão, o qual se encontra próximo do término de sua vigência e não será renovado, uma vez que a necessidade atual da Administração exige a contratação de novos postos de vigilância, em quantitativo que não pode ser adequadamente atendido mediante simples alteração do contrato em vigor. Assim, faz-se necessária a realização de nova licitação, contemplando a real demanda da Câmara Municipal e garantindo a continuidade e a adequada execução dos serviços.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.





Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra, verifica-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos e predominantemente relacionados ao consumo de materiais e insumos utilizados na execução dos serviços.

Como medidas mitigadoras, a contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional de recursos naturais, evitando desperdícios de energia elétrica, água, papel e demais materiais empregados durante a execução contratual.

Sempre que possível, deverão ser utilizados equipamentos com maior eficiência energética, baterias recarregáveis e materiais que apresentem menor impacto ambiental, observadas as exigências técnicas e operacionais do serviço.

A contratada também deverá promover o descarte ambientalmente adequado de pilhas, baterias, equipamentos eletrônicos inservíveis, embalagens e demais resíduos eventualmente gerados durante a execução contratual, observando a legislação ambiental aplicável.

Quando cabível, deverá ser adotada a logística reversa para destinação final de materiais, equipamentos e componentes substituídos, priorizando-se a reutilização, reciclagem ou descarte por empresas e locais devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

Diante das características da contratação, não são identificados impactos ambientais significativos, sendo as medidas acima suficientes para minimizar os efeitos ambientais eventualmente associados à execução dos serviços.

15. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo **menor preço global estimado para o período de cinco anos**.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos estudos realizados, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação dos serviços continuados especializados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Extrema.





A solução proposta mostra-se adequada para garantir a proteção do patrimônio público, a segurança dos servidores, agentes públicos, colaboradores e cidadãos que utilizam os serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, especialmente diante da ampliação das atividades desenvolvidas pela Unidade de Atendimento Integrada – UAI, pelo PROCON Câmara e pela Casa do Cidadão, bem como da utilização de novas instalações destinadas à prestação de serviços públicos.

A análise das alternativas disponíveis no mercado demonstrou que a contratação de empresa especializada constitui a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração, permitindo a execução dos serviços por profissionais devidamente qualificados, com fornecimento de todos os equipamentos, armamentos, uniformes e demais recursos necessários à adequada prestação dos serviços.

Verificou-se, ainda, a existência de empresas aptas a executar integralmente o objeto pretendido, não havendo restrições mercadológicas capazes de comprometer a competitividade do certame ou a futura execução contratual.

Sob o aspecto orçamentário, a contratação é compatível com as necessidades institucionais identificadas e poderá ser suportada pelos recursos financeiros previstos no planejamento da Câmara Municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira correspondente.

Além disso, a contratação contribuirá para a continuidade dos serviços de segurança institucional, para a adequada proteção dos bens públicos e para a manutenção de ambiente seguro nas unidades administrativas e de atendimento ao público, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e boa gestão administrativa.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é plenamente viável e recomendável, estando devidamente justificada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e administrativo, razão pela qual se recomenda o prosseguimento do procedimento licitatório.





Extrema, MG, 17 de junho de 2026.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL

DESPACHO

APROVO, na íntegra, esses ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE





ANEXO II

MATRIZ DE RISCOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PRC 82/2006 – EDITAL 12/2026

1. OBJETO

Contratação de prestação de serviços continuados especializados de vigilância armada com dedicação de mão de obra exclusiva mediante requisição, compreendendo postos fixos contínuos, postos adicionais estimados sob demanda, postos extraordinários para eventos institucionais de longa duração e postos extraordinários por hora para eventos institucionais de curta duração.

2. FASE DE ANÁLISE

Foram consideradas as seguintes fases:

- Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor;
- Gestão do Contrato.

3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Risco 01 – Atraso no procedimento licitatório.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Comprometimento da continuidade dos serviços de segurança institucional.

Ação Preventiva: Planejamento antecipado da contratação e acompanhamento dos prazos processuais.

Responsável: Requerente / Setor de Compras.

Ação de Contingência: Priorização da tramitação processual e adoção das medidas legais cabíveis para assegurar a continuidade do serviço.

Responsável: Presidente da Câmara / Setor de Compras.

Risco 02 – Estimativa inadequada dos quantitativos de postos e horas.

Probabilidade: Média.

Impacto: Médio.

Dano Potencial: Insuficiência ou excesso de cobertura contratual.

Ação Preventiva: Utilizar histórico de eventos institucionais, sessões, audiências públicas e demandas extraordinárias.

Responsável: Requerente.

Ação de Contingência: Utilização dos mecanismos contratuais de alteração quantitativa previstos na legislação.

Responsável: Gestor do Contrato / Presidente da Câmara.





Risco 03 – Pesquisa de preços incompatível com o mercado.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Licitação fracassada, deserta ou contratação antieconômica.

Ação Preventiva: Realizar ampla pesquisa de preços observando contratações similares e parâmetros legais.

Responsável: Orçamentista

Ação de Contingência: Revisão da estimativa e republicação do certame, se necessário.

Responsável: Pregoeiro / Presidente da Câmara.

4. GESTÃO DO CONTRATO

Risco 01 – Ausência de vigilante escalado para o posto contratado.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Descobertura parcial ou total das dependências da Câmara Municipal.

Ação Preventiva: Exigir do contratado plano de substituição imediata para faltas, afastamentos e férias.

Responsável: Contratada / Fiscal do Contrato.

Ação de Contingência: Comunicação imediata à contratada para reposição e aplicação das penalidades cabíveis.

Responsável: Fiscal do Contrato / Gestor do Contrato.

Risco 02 – Não atendimento de requisição para postos extraordinários ou adicionais.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Comprometimento da segurança em eventos institucionais e situações excepcionais.

Ação Preventiva: Definir prazos mínimos de acionamento e manutenção de efetivo disponível pela contratada.

Responsável: Contratada / Fiscal do Contrato.

Ação de Contingência: Aplicação das penalidades contratuais e adoção das medidas administrativas cabíveis.

Responsável: Fiscal do Contrato / Gestor do Contrato.

Risco 03 – Perda da autorização de funcionamento da empresa de segurança privada ou irregularidade perante a Polícia Federal.

Probabilidade: Baixa.





Impacto: Alto.

Dano Potencial: Impossibilidade legal de execução contratual.

Ação Preventiva: Verificação periódica da regularidade da empresa e da documentação exigida pela legislação aplicável.

Responsável: Fiscal do Contrato.

Ação de Contingência: Abertura de processo administrativo e adoção das providências para rescisão contratual, se cabível.

Responsável: Gestor do Contrato / Presidente da Câmara.

Risco 04 – Descumprimento de obrigações trabalhistas pela contratada.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Responsabilização subsidiária da Administração e passivos trabalhistas.

Ação Preventiva: Fiscalização mensal da documentação trabalhista, previdenciária e fundiária.

Responsável: Fiscal do Contrato.

Ação de Contingência: Retenção de pagamentos, notificações e demais providências previstas contratualmente.

Responsável: Gestor do Contrato / Presidente da Câmara.

Risco 05 – Ocorrência de incidente de segurança nas dependências da Câmara.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Danos ao patrimônio público, servidores, vereadores ou visitantes.

Ação Preventiva: Fiscalização da execução dos serviços, treinamento adequado dos profissionais e observância dos protocolos de segurança.

Responsável: Contratada / Fiscal do Contrato.

Ação de Contingência: Registro da ocorrência, comunicação às autoridades competentes e apuração das responsabilidades.

Responsável: Fiscal do Contrato / Presidente da Câmara.

Risco 06 – Empresa impedida de contratar com a Administração durante a vigência contratual.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Médio.

Dano Potencial: Irregularidade contratual e necessidade de substituição da contratada.

Ação Preventiva: Consultas periódicas aos cadastros de sanções e impedimentos.





Responsável: Gestor do Contrato.

Ação de Contingência: Adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

Responsável: Gestor do Contrato / Presidente da Câmara.

5. ANÁLISE FINAL

A elaboração da presente Matriz de Riscos visa atender aos princípios de planejamento, eficiência, transparência e integridade da administração pública, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021. A identificação prévia dos riscos inerentes à contratação de serviços de vigilância armada permite a adoção de medidas preventivas e corretivas destinadas a assegurar a continuidade dos serviços, a proteção do patrimônio público e a adequada execução contratual.

6. CIÊNCIA E APROVAÇÃO

Declaro ter ciência dos riscos envolvidos e das medidas mitigadoras apresentadas neste documento.

Extrema, MG, 16 de junho de 2026.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI
DIRETORA GERAL





ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo **menor preço global estimado para cinco anos.**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 OBJETO: Contratação de prestação de serviços continuados especializados de vigilância armada com dedicação de mão de obra exclusiva mediante requisição: **ITEM 01 – 03** (três) postos fixos contínuos: Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. **ITEM 02 – 02** (dois) postos adicionais estimados e eventuais sob demanda: Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. **ITEM 03 – 52** (cinquenta e dois) dias estimados em postos extraordinários para eventos institucionais de longa duração: Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais. **ITEM 04 – 208** (duzentas e oito) horas anuais estimadas (jornada de 04 horas por posto) em postos extraordinários por hora para eventos institucionais de curta duração: Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por





posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.

1.2. REGIME DE EXECUÇÃO: O objeto será executado pelo regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, mediante demanda.

1.2.1 Os serviços objeto deste contrato serão executados nas dependências da CONTRATANTE, em sua sede e seus anexos, bem como em eventos no Município de Extrema/MG.

1.3 ASPECTOS RELEVANTES DA CONTRATAÇÃO

a) A presente contratação possui natureza continuada e essencial ao regular funcionamento das atividades institucionais da Câmara Municipal, destinando-se à proteção de seu patrimônio, servidores, vereadores, colaboradores e munícipes que frequentam suas dependências.

b) Destaca-se que a solução foi estruturada de forma a contemplar não apenas a cobertura ordinária das dependências da Câmara, mediante postos fixos contínuos, mas também a possibilidade de ampliação temporária da segurança institucional por meio de postos adicionais sob demanda, bem como cobertura extraordinária para eventos institucionais de longa e curta duração.

c) Os quantitativos estimados foram definidos com base nas necessidades operacionais da Administração, considerando a rotina administrativa da Câmara Municipal, o histórico de realização de sessões solenes, audiências públicas, reuniões institucionais, eventos oficiais e demais atividades que demandam reforço temporário da estrutura de segurança.

d) Ressalta-se que os quantitativos previstos para postos adicionais, diárias extraordinárias e horas extraordinárias possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração, sendo sua utilização condicionada à efetiva necessidade e mediante requisição formal durante a vigência contratual.

e) A contratação de empresa especializada devidamente autorizada pelos órgãos competentes constitui medida indispensável para assegurar a adequada execução dos serviços, a observância da legislação aplicável à atividade de segurança privada e a manutenção dos padrões de segurança exigidos para o exercício das atividades institucionais da Câmara Municipal.

f) A previsão de postos extraordinários por hora destina-se ao atendimento de necessidades eventuais de segurança institucional em atividades de curta duração promovidas pela Câmara





Municipal, tais como reuniões institucionais, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais eventos que não demandem a mobilização de um posto diário integral. A adoção da contratação por hora busca conferir maior economicidade e eficiência à Administração, evitando a contratação de jornadas completas quando a necessidade operacional estiver limitada a períodos reduzidos de tempo.

Para fins de estimativa, considerou-se a jornada média de 04 (quatro) horas por acionamento, compatível com a duração normalmente observada nos eventos institucionais realizados pela Câmara Municipal, totalizando a previsão anual de 208 (duzentas e oito) horas, correspondente a aproximadamente 52 (cinquenta e dois) acionamentos ao longo do ano, sem constituir obrigação de contratação integral pela Administração, cuja utilização ficará condicionada à efetiva necessidade do serviço e à emissão de requisição formal.

g) O posto poderá permanecer descoberto durante o período destinado ao intervalo de almoço ou jantar do profissional, não sendo devida qualquer indenização, compensação ou pagamento adicional em razão da não cobertura do posto durante referido intervalo.

h) A presente licitação, processada no sistema COMPRASGOV, terá sua disputa definida pelo menor valor global estimado para o período de 60 (sessenta) meses.

Todavia, registra-se que a licitação se destina à contratação para 05 (cinco) anos, sendo que o contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.

i) A licitante deverá apresentar planilha de composição de custos individuais para cada item de sua proposta, conforme modelo estabelecido no Edital. Essa planilha tem a finalidade de demonstrar, de forma clara e detalhada, todos os elementos que compõem o preço ofertado, permitindo a análise da exequibilidade e da compatibilidade dos valores apresentados com as exigências do certame.

Cada item da proposta deverá ser discriminado individualmente, contendo a descrição dos custos diretos e indiretos envolvidos, tais como materiais, mão de obra, encargos sociais, tributos, despesas administrativas e demais componentes pertinentes. A apresentação deve seguir rigorosamente o modelo fornecido no Edital, garantindo padronização e facilitando a avaliação pela Comissão de Licitação.

O não atendimento a essa exigência poderá implicar na desclassificação da proposta, uma vez que a ausência da composição detalhada compromete a transparência e a análise técnica





dos preços ofertados. Dessa forma, a planilha de custos constitui documento essencial para a adequada instrução do processo licitatório.

j) A Contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os equipamentos, materiais, armamentos, acessórios, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância armada, observando a legislação vigente, as normas da Polícia Federal e demais regulamentações aplicáveis.

1.3.1 Natureza do objeto: Serviço comum, continuado, de vigilância patrimonial armada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinado à proteção de instalações, bens e pessoas no âmbito da Câmara Municipal.

1.4 Quantitativo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO 60 MESES
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	03	R\$ 8.663,97	12 meses	R\$ 311.902,92	R\$ 1.559.514,60
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	02	R\$ 8.673,97	12 meses	R\$ 208.175,28	R\$ 1.040.876,40
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	01	R\$ 1.026,51	52 dias	R\$ 53.378,52	R\$ 266.892,60





04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	Hora de vigilância armada	R\$ 150,00	208 horas	R\$ 31.200,00	R\$ 156.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES					R\$ 604.656,72	-
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 60 MESES					-	R\$ 3.023.283,60

1.5 Prazo do contrato: O contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.

1.6 Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

1.7 A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal de Extrema, em conformidade com o planejamento administrativo e orçamentário do órgão.

O objeto está registrado no Plano de Contratações Anual nos seguintes itens:





ITEM	DESCRIÇÃO	PAC
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	426
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	537
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	427
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	538

A inclusão da contratação no planejamento anual demonstra a necessidade previamente identificada pela Administração, observando os princípios da eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e racionalização dos recursos públicos. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2025 e também no ComprasGov.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Em conformidade com os **Estudos Técnicos Preliminares** A presente contratação decorre da necessidade de manutenção e ampliação dos serviços de vigilância armada prestados nas dependências da Câmara Municipal de Extrema. Embora exista contrato vigente para execução dos serviços de segurança patrimonial, o instrumento atualmente em vigor não comporta acréscimos quantitativos suficientes para atender às demandas surgidas após a expansão da estrutura física e operacional da instituição.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal ampliou significativamente sua atuação junto à população por meio da implantação e funcionamento de novas unidades e serviços, destacando-se a Unidade de Atendimento Integrada – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão, os quais passaram a integrar a estrutura administrativa e de atendimento ao público,





gerando aumento do fluxo de pessoas, da circulação de documentos, da movimentação patrimonial e da necessidade de proteção institucional.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados de vigilância armada com dedicação de mão de obra exclusiva, contemplando postos fixos contínuos, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários para cobertura de eventos institucionais, de modo a assegurar a proteção do patrimônio público, a integridade física de servidores, vereadores, colaboradores e cidadãos, bem como garantir condições adequadas de segurança para o regular desempenho das atividades institucionais desenvolvidas pela Câmara Municipal.

A contratação pretendida atende ao interesse público ao garantir condições adequadas de segurança para o funcionamento das atividades institucionais da Câmara Municipal, contribuindo para a proteção do patrimônio público, da integridade física de servidores, vereadores, colaboradores e cidadãos que utilizam os serviços oferecidos pela instituição.

A ampliação da estrutura administrativa, com a incorporação de novos espaços e unidades de atendimento à população, resultou no aumento da circulação de pessoas e da necessidade de controle e vigilância das dependências públicas.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada em vigilância armada mostra-se medida necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos, prevenir ocorrências que possam comprometer a ordem e a segurança institucional e proporcionar ambiente adequado para o atendimento da população e o desenvolvimento das atividades legislativas e administrativas, em observância aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da proteção do patrimônio público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns, continuados, de vigilância patrimonial armada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinada à proteção das instalações, bens e pessoas no âmbito da Câmara Municipal de Extrema, abrangendo postos fixos permanentes, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários para atendimento de eventos institucionais e demandas operacionais específicas.

No ciclo de vida da contratação, a solução compreende as etapas de planejamento, mobilização, execução, monitoramento, avaliação e encerramento contratual. Na fase de planejamento, são definidos os quantitativos, requisitos de habilitação, critérios de medição e





parâmetros de desempenho, com base em levantamento técnico das necessidades institucionais e histórico de demanda. Essa etapa assegura a adequada modelagem da contratação e a compatibilidade entre a solução proposta e o interesse público.

Na fase de mobilização, a contratada deverá estruturar sua operação, incluindo a alocação de profissionais, fornecimento de uniformes, armamentos, munições, equipamentos de proteção individual, sistemas de comunicação e demais recursos necessários à adequada prestação dos serviços, garantindo a plena operacionalização dos postos de vigilância no início da vigência contratual.

Durante a execução contratual, os serviços serão prestados de forma contínua e ininterrupta, com controle de jornada, supervisão permanente, substituição imediata de profissionais em caso de ausência e observância rigorosa dos protocolos de segurança institucional. A execução será acompanhada por fiscalização administrativa da Câmara Municipal, com verificação do cumprimento das obrigações contratuais, medições periódicas e aplicação de eventuais sanções em caso de desconformidade.

No monitoramento e controle, serão avaliados indicadores de desempenho relacionados à efetividade da vigilância, pontualidade, cobertura dos postos, qualidade da supervisão e conformidade com os requisitos contratuais e normativos, permitindo a correção de eventuais falhas e a melhoria contínua da prestação dos serviços.

No encerramento contratual, será realizada a transição operacional, garantindo a continuidade dos serviços sem descontinuidade da proteção institucional, com entrega de relatórios, encerramento de obrigações acessórias e avaliação final da execução contratual, inclusive para subsidiar futuras contratações.

Sob a perspectiva do ciclo de vida, a solução assegura não apenas a prestação contínua do serviço de vigilância patrimonial armada, mas também a gestão eficiente de todas as suas etapas, desde a preparação inicial até a desmobilização, garantindo segurança institucional, continuidade dos serviços públicos e uso racional dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

I - Para atendimento da presente contratação, a empresa a ser contratada deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

m) A contratação deverá ser realizada junto a empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, devidamente autorizada a funcionar pelos órgãos





competentes, observando integralmente a legislação aplicável à atividade de segurança privada e demais normas correlatas;

- n) A contratada deverá possuir autorização de funcionamento bem como comprovar a regularidade de sua atividade durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela manutenção das licenças, alvarás, certificados e demais documentos exigidos pela legislação.
- o) Os profissionais disponibilizados para execução dos serviços deverão possuir formação específica para o exercício da atividade de vigilante, curso de reciclagem atualizado, porte funcional válido, aptidão física e psicológica compatíveis com as atribuições desempenhadas e demais requisitos previstos na legislação aplicável.
- p) A contratada deverá disponibilizar profissionais uniformizados, identificados e equipados com os equipamentos de proteção individual, armamentos, munições, meios de comunicação e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços, observadas as exigências legais e regulamentares pertinentes.
- q) Os serviços deverão ser prestados mediante dedicação exclusiva de mão de obra nos postos efetivamente requisitados pela Administração, abrangendo postos fixos contínuos, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários para eventos institucionais, conforme necessidades operacionais da Câmara Municipal.
- r) A contratada deverá assegurar a imediata substituição de profissionais ausentes por motivo de férias, afastamentos, licenças, faltas ou quaisquer outras ocorrências que possam comprometer a continuidade da prestação dos serviços.
- s) Os serviços deverão ser executados na sede da Câmara Municipal, em seus anexos e em locais de realização de eventos institucionais no Município de Extrema/MG, conforme requisição formal da Administração.
- t) A execução contratual deverá observar rigorosamente os horários, escalas, quantitativos e locais definidos pela Administração, bem como as orientações dos fiscais e gestores do contrato.
- u) A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, tributárias e convencionais decorrentes da execução contratual, responsabilizando-se exclusivamente pelos encargos relativos aos profissionais empregados na prestação dos serviços.
- v) A contratação possui natureza continuada e essencial, devendo a empresa manter capacidade operacional suficiente para atender tanto aos postos fixos quanto às demandas extraordinárias eventualmente requisitadas pela Administração durante toda a vigência contratual.





- w) Considerando a natureza do objeto, não haverá exigência de amostras, prova de conceito ou visita técnica obrigatória, uma vez que as características dos serviços podem ser adequadamente descritas nos documentos da contratação e avaliadas mediante a comprovação da qualificação técnica e da regularidade dos documentos de habilitação da empresa licitante.
- x) A Contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os equipamentos, materiais, armamentos, acessórios, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância armada, observando a legislação vigente, as normas da Polícia Federal e demais regulamentações aplicáveis.

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- c) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido pela Receita Federal do Brasil: **CNPJ/MF**;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- g) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- h) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- i) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- j) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:





- c) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- d) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

IV - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, que comprove a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.

5. DA COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL PARA CONTRATAÇÃO

A licitante vencedora deverá apresentar, como condição para a assinatura do contrato, **Ato de Autorização de Funcionamento expedido pela Polícia Federal**, válido na data de sua apresentação, compatível com a atividade de vigilância patrimonial armada objeto da contratação, nos termos da legislação vigente aplicável aos serviços de segurança privada.

A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser realizada no prazo estabelecido pela Administração para a formalização da contratação, mediante apresentação do respectivo documento válido e em plena vigência.

A não apresentação do documento exigido, sua apresentação com prazo de validade expirado, ou a constatação de incompatibilidade entre a autorização e o objeto da contratação, caracterizará a recusa injustificada em celebrar o contrato, facultando à Administração revogar a adjudicação e convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para apresentação da documentação e eventual contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis previstas no edital e na legislação pertinente.

Nesse caso, a Administração poderá convocar a licitante classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, para comprovar o atendimento dos requisitos exigidos e





celebrar o contrato, observadas as condições da proposta vencedora ou aquelas admitidas pela legislação aplicável.

6. DA PROPOSTA, DA VALIDADE, DA APRESENTAÇÃO, DAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DO ACORDO COLETIVO E DA REPACTUAÇÃO

6.1 Da Validade da Proposta

As propostas apresentadas deverão possuir validade mínima de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua apresentação. A ampliação do prazo de validade da proposta visa resguardar o interesse público, garantindo que não haja alteração dos preços ou das condições ofertadas até a conclusão do procedimento licitatório e a formalização da contratação, assegurando previsibilidade, estabilidade contratual e segurança jurídica para a Administração.

6.2. Da Apresentação da Proposta Adequada

A licitante vencedora deverá apresentar proposta adequada ao valor final ofertado, observando rigorosamente o modelo constante do **Anexo IV do Edital**, bem como apresentar as respectivas **Planilhas de Custos e Formação de Preços**, conforme modelos disponibilizados nos anexos do edital.

6.3. Das Planilhas de Custos e Formação de Preços

A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser elaborada individualmente para cada item da proposta, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução contratual.

Será admitida a apresentação da planilha em modelo próprio da licitante, desde que sua estrutura mantenha integral correspondência com os itens previstos no modelo disponibilizado pela Administração, sendo vedada a inclusão, exclusão, alteração ou inovação de rubricas que modifiquem a composição de custos estabelecida no edital.

Em observância à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU, é vedada a inclusão, o destaque ou o repasse, nas Planilhas de Custos e Formação de Preços, dos valores correspondentes ao **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ** e à **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL**, por constituírem tributos de natureza direta e personalíssima da contratada.





A Câmara Municipal de Extrema não disponibilizará modelos de planilhas em formato eletrônico editável (Excel), cabendo às licitantes a elaboração e apresentação dos documentos exigidos em formato próprio, observando rigorosamente os modelos constantes dos anexos do edital.

6.4. Do Acordo Coletivo de Trabalho

Para fins de elaboração das propostas e composição dos custos de mão de obra, deverá ser considerada a Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou Sentença Normativa vigente cuja data-base corresponda a **01 de janeiro de 2026 (01/01/2026)**. O prazo inicial de execução contratual considerado para elaboração das planilhas será de **12 (doze) meses**.

6.5. Da Repactuação dos Preços

A repactuação constitui instrumento destinado à manutenção do equilíbrio dos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da variação dos custos decorrentes da mão de obra vinculada à execução contratual.

A repactuação poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- I – após o transcurso do interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado da data-base da categoria profissional vinculada ao contrato, prevista em acordo coletivo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa;
- II – quando houver publicação de novo Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa que implique alteração dos pisos salariais, benefícios trabalhistas, encargos sociais ou demais custos obrigatórios da categoria profissional empregada na execução dos serviços.

A repactuação **dependerá de solicitação formal da contratada**, acompanhada de demonstração analítica da efetiva variação dos custos, mediante apresentação de nova Planilha de Custos e Formação de Preços e dos documentos comprobatórios pertinentes.

A repactuação não ocorrerá de forma automática, cabendo à contratada demonstrar a repercussão financeira dos novos custos sobre a execução contratual, ficando sua concessão condicionada à análise e aprovação pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO





7.1 A execução dos serviços de vigilância patrimonial armada ocorrerá nas dependências da Câmara Municipal de Extrema/MG, e em seus anexos, bem como em eventos oficiais no município de Extrema, compreendendo atividades de prevenção, proteção patrimonial, controle de acesso de pessoas e veículos, preservação da ordem interna, acompanhamento de movimentações suspeitas e adoção das medidas preventivas necessárias à segurança institucional.

Os serviços serão prestados por vigilantes devidamente habilitados, uniformizados, armados e regularmente registrados perante os órgãos competentes, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.967/2024, normas da Polícia Federal e demais legislações aplicáveis à atividade de segurança privada.

Os postos serão executados mediante dedicação exclusiva de mão de obra, cabendo à contratada disponibilizar profissionais qualificados e em quantitativo suficiente para assegurar a perfeita execução contratual durante todo o período de vigência.

A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento da mão de obra, uniformes, equipamentos de proteção individual, armamentos, munições, meios de comunicação e demais recursos necessários à execução dos serviços.

7.2. Dos Postos Fixos Contínuos

A contratada deverá disponibilizar inicialmente 03 (três) postos fixos contínuos de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal.

Os postos funcionarão de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, observadas as normas trabalhistas aplicáveis e a necessidade de substituição imediata em casos de ausência, afastamento ou impedimento do vigilante escalado.

Compete aos vigilantes lotados nos postos fixos:

I – controlar o acesso de servidores, vereadores, visitantes, prestadores de serviços e demais usuários;

II – realizar inspeções visuais preventivas nas áreas internas e externas da Câmara;





III – atuar preventivamente na preservação da integridade física das pessoas e do patrimônio público;

IV – comunicar imediatamente à fiscalização contratual qualquer ocorrência relevante;

V – adotar as providências iniciais cabíveis em situações de emergência, observados os limites legais da atividade.

7.3. Dos Postos Adicionais Sob Demanda

Poderão ser solicitados até 02 (dois) postos adicionais de vigilância armada, destinados ao reforço operacional temporário da segurança institucional.

O acionamento ocorrerá mediante solicitação formal da Administração, contendo a quantidade de postos, local de atuação, período de execução e demais informações necessárias ao atendimento da demanda.

A contratada deverá disponibilizar os profissionais solicitados no prazo máximo definido no contrato ou na Ordem de Serviço emitida pela Administração.

A utilização dos postos adicionais ocorrerá exclusivamente conforme necessidade da Câmara Municipal, não gerando obrigação de contratação mínima ou utilização integral da estimativa prevista.

7.4. Dos Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração

A Administração poderá solicitar a execução de até 52 (cinquenta e dois) dias estimados de postos extraordinários destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, cerimônias oficiais, eventos institucionais e demais atividades extraordinárias.





Os postos poderão ser demandados em dias úteis, finais de semana, feriados ou horários excepcionais.

O acionamento ocorrerá mediante comunicação prévia da Administração contendo:

I – data do evento;

II – horário de início e término;

III – quantidade de postos necessários;

IV – local de execução;

V – orientações operacionais específicas.

Os vigilantes designados deverão permanecer integralmente à disposição durante o período contratado para o evento.

7.5. Dos Postos Extraordinários por Hora para Eventos de Curta Duração

A Administração poderá solicitar até 208 (duzentas e oito) horas anuais estimadas de vigilância armada para atendimento de eventos institucionais de curta duração.

Cada acionamento corresponderá, em regra, à jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, sem prejuízo de ajustes específicos definidos pela Administração conforme a necessidade operacional.

Os serviços poderão ser executados em período diurno ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

O pagamento ocorrerá exclusivamente pelas horas efetivamente autorizadas, executadas e atestadas pela fiscalização contratual.

7.6. Do Acionamento dos Serviços Sob Demanda





Os serviços previstos nos Itens 02, 03 e 04 serão executados exclusivamente mediante requisição formal da Câmara Municipal.

A requisição conterá, no mínimo:

I – identificação do evento ou necessidade operacional;

II – quantidade de postos solicitados;

III – local de execução;

IV – data e horário de início;

V – duração estimada dos serviços.

7.7. Da Substituição de Vigilantes

A contratada deverá promover a substituição imediata de vigilante ausente, afastado, licenciado ou impedido de exercer suas funções.

Não será admitida interrupção da prestação dos serviços em razão de faltas, férias, afastamentos ou quaisquer situações relacionadas à gestão de pessoal da contratada.

7.8. Da Fiscalização e Medição

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Câmara Municipal.

A fiscalização verificará, entre outros aspectos:

I – assiduidade e pontualidade dos vigilantes;

II – correta utilização de uniformes e equipamentos;





III – habilitação profissional dos vigilantes;

IV – cumprimento dos horários contratados;

V – atendimento das ordens de serviço emitidas pela Administração;

VI – qualidade dos serviços prestados.

A medição dos serviços ocorrerá mensalmente para os postos fixos contínuos e conforme efetiva execução para os postos eventuais e extraordinários.

Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, comprovados e atestados pela fiscalização contratual.

7.9. O objeto será executado pelo **regime de execução indireta, empreitada por preço unitário**, mediante prestação contínua de serviços, observadas as condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA durante toda a vigência contratual.

7.11. Não será exigida garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, salvo disposição superveniente da Administração devidamente justificada.

7.12. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável perante a CONTRATANTE pela execução dos serviços, exceto autorização prévia e expressa da Administração, observadas as disposições legais aplicáveis.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO

a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





- c. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
- g. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- i. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- ii. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- iii. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- iv. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
- v. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- h. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.





- i. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- i. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- i. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- ii. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- iii. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- iv. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- j. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- k. A execução do objeto será acompanhada e gerida pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora e fiscal de contratos, conforme Portarias nº 29/2025 e 30/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-la mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios





técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.

l. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

m. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

n. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

g) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

h) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;

i) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

j) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

k) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

l) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente executado nas condições estabelecidas.





7.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

7.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.5 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

7.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.





7.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.13 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.14 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

7.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





7.17 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

7.19 Não será admitida a antecipação de pagamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, adotando-se o critério de julgamento pelo **menor preço global estimado para cinco anos**.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.

A estimativa do valor da contratação está demonstrada na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO 60 MESES
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	03	R\$ 8.663,97	12 meses	R\$ 311.902,92	R\$ 1.559.514,60
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da	02	R\$ 8.673,97	12 meses	R\$ 208.175,28	R\$ 1.040.876,40





	estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.					
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	01	R\$ 1.026,51	52 dias	R\$ 53.378,52	R\$ 266.892,60
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	Hora de vigilância armada	R\$ 150,00	208 horas	R\$ 31.200,00	R\$ 156.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES					R\$ 604.656,72	-
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 60 MESES					-	R\$ 3.023.283,60

Contratações correlatas e/ou interdependentes: Registra-se, por fim, que a Câmara Municipal de Extrema possui contrato vigente para o serviço em questão que está próximo ao seu vencimento, e não poderá ser renovado, visto que não comporta aditivo de acréscimo. Há necessidade de mais contratações não comportadas pelo contrato atual.

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado “**Análise Crítica dos Dados Coletados**”.





12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação e ficha:

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha: 8

Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha: 31

Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha: 54

Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

13. JUSTIFICATIVAS

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços continuados especializados de vigilância patrimonial armada, abrangendo postos fixos permanentes, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários destinados ao atendimento de eventos institucionais e necessidades operacionais específicas da Câmara Municipal de Extrema. Embora os quantitativos estejam distribuídos em itens distintos para fins de mensuração, formação de preços, gerenciamento contratual e eventual acionamento conforme a demanda administrativa, verifica-se que todos os itens possuem identidade de natureza, finalidade operacional comum e estreita interdependência na execução contratual, integrando uma única solução de segurança institucional.

A exigência de validade mínima da proposta por 120 (cento e vinte) dias decorre da necessidade de resguardar o interesse público e assegurar a estabilidade das condições ofertadas durante todo o trâmite do procedimento licitatório até a efetiva formalização da contratação.





Considerando a complexidade da contratação de serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra, bem como as etapas inerentes ao processo licitatório, incluindo julgamento das propostas, fase recursal, homologação, adjudicação, análise documental complementar, apresentação de planilhas ajustadas, comprovação de requisitos para contratação e assinatura do instrumento contratual, mostra-se necessária a ampliação do prazo de validade das propostas para garantir a manutenção dos preços e das condições inicialmente ofertadas.

A medida visa evitar pedidos de desistência, reajustes prematuros ou alterações unilaterais das condições propostas durante a tramitação do certame, conferindo maior segurança jurídica, previsibilidade orçamentária e eficiência administrativa à contratação.

Os serviços previstos na contratação demandam os mesmos requisitos de habilitação técnica, estrutura operacional, supervisão, logística, gestão de pessoal, fornecimento de armamentos, munições, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação, uniformes e demais recursos indispensáveis à execução do objeto. Não se trata, portanto, de serviços autônomos ou independentes, mas de parcelas funcionalmente vinculadas que compõem um único sistema de vigilância patrimonial. A eventual divisão da contratação em lotes ou contratos distintos poderia acarretar a atuação simultânea de múltiplas empresas prestadoras de serviços em uma mesma estrutura de segurança, com potencial comprometimento da padronização dos procedimentos operacionais, aumento da complexidade da fiscalização contratual, fragmentação das responsabilidades e maior dificuldade de coordenação das ações de vigilância. Registra-se que a centralização da contratação decorre também da necessidade de preservação da unidade gerencial do risco operacional, uma vez que a vigilância patrimonial exige comando único e resposta integrada a ocorrências, sendo incompatível com a fragmentação de operadores em ambiente institucional único.

Além disso, a unificação do objeto em um único lote possibilita ganhos de escala, otimização dos custos administrativos e operacionais, melhor aproveitamento da estrutura de supervisão e gerenciamento da contratada, bem como maior eficiência na gestão do contrato pela Administração, fatores que contribuem para a obtenção de proposta economicamente mais vantajosa. Importa destacar que a adoção do critério de julgamento pelo menor valor global não restringe indevidamente a competitividade do certame, uma vez que o mercado de vigilância patrimonial é amplamente composto por empresas especializadas aptas a executar integralmente os serviços pretendidos, sendo prática consolidada no setor a contratação conjunta de postos permanentes e eventuais sob a gestão de um único prestador. Ademais,





os itens referentes aos postos adicionais sob demanda e aos postos extraordinários constituem desdobramentos operacionais do serviço principal, possuindo caráter acessório e complementar em relação aos postos fixos permanentes.

Diante desse contexto, conclui-se que o parcelamento da contratação não se mostra técnica nem economicamente recomendável, uma vez que a execução integrada do objeto proporciona maior eficiência operacional, simplificação da gestão contratual, uniformidade dos procedimentos de segurança, adequada definição de responsabilidades e maior vantajosidade para a Administração Pública. A adoção de múltiplas contratações para parcelas do mesmo objeto implicaria elevação do custo de governança contratual, aumento do risco de descontinuidade operacional em eventuais transições e potencial sobreposição de responsabilidades, o que contraria a lógica de gestão integrada de riscos aplicável a serviços de segurança institucional. Assim, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, vantajosidade e interesse público, justifica-se a realização da licitação em lote único, com julgamento pelo menor valor global, mantendo-se os itens individualizados apenas para fins de composição de custos, medição, controle da execução e eventual acionamento conforme as necessidades da Câmara Municipal de Extrema.

As exigências de habilitação estabelecidas para a presente contratação foram definidas em estrita observância aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços continuados especializados de vigilância patrimonial armada com dedicação exclusiva de mão de obra, verifica-se que a futura contratada deverá possuir capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e aptidão técnica compatíveis com a complexidade e os riscos inerentes à execução dos serviços.

A atividade de vigilância armada envolve obrigações legais específicas, sujeição à fiscalização dos órgãos competentes, utilização de armamentos, fornecimento de equipamentos de proteção individual, gestão de profissionais especializados e responsabilidade direta pela segurança de pessoas e patrimônios públicos, circunstâncias que justificam a exigência de documentação apta a demonstrar a efetiva capacidade da licitante para assumir e executar as obrigações contratuais. As exigências estabelecidas limitam-se ao estritamente necessário para reduzir riscos de inexecução contratual, prevenir a contratação de empresas sem capacidade operacional compatível e assegurar a continuidade dos serviços, não impondo requisitos excessivos ou desproporcionais.





Dessa forma, os documentos de habilitação exigidos guardam relação direta com o objeto contratado e constituem medida indispensável à adequada aferição das condições mínimas necessárias à futura execução contratual. A vedação à subcontratação e à triangulação da execução contratual decorre das características específicas do objeto e da necessidade de preservação da responsabilidade direta da empresa contratada sobre todas as atividades relacionadas à prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada. A execução dos serviços exige rigoroso controle operacional, supervisão permanente das equipes, gerenciamento de armamentos, controle de escalas, reposição imediata de profissionais, observância das normas de segurança privada e manutenção de elevados padrões de confiabilidade e segurança institucional.

A eventual transferência da execução para terceiros poderia fragmentar responsabilidades, dificultar a fiscalização contratual, comprometer a rastreabilidade das obrigações assumidas e aumentar os riscos relacionados à qualidade dos serviços prestados e ao cumprimento das exigências legais e regulatórias aplicáveis ao setor. Além disso, a licitação é estruturada com base na demonstração prévia da capacidade técnica, operacional, econômico-financeira e jurídica da empresa vencedora, de modo que a transferência da execução para terceiros resultaria no afastamento das premissas que fundamentaram sua habilitação e seleção.

A vedação também visa impedir a ocorrência de intermediação indevida de mão de obra, cessão irregular da execução contratual ou formação de cadeias sucessivas de contratação que possam comprometer a eficiência da fiscalização e a responsabilização da efetiva executora dos serviços. Assim, a proibição da subcontratação e da triangulação constitui medida necessária à preservação da segurança jurídica, da eficiência administrativa, da qualidade da execução contratual e da adequada proteção do interesse público, tratando-se de medida excepcionalmente justificada diante da natureza sensível e integrada do objeto.

O critério de julgamento pelo menor preço global mostra-se tecnicamente adequado à presente contratação em razão da natureza integrada do objeto, composto por postos permanentes, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários destinados ao atendimento de eventos e necessidades operacionais específicas da Câmara Municipal. Embora individualizados para fins de composição de custos, medição e gerenciamento contratual, todos os itens integram uma única solução de segurança institucional, compartilhando os mesmos requisitos operacionais.

A adoção do critério de menor preço global permite avaliar a proposta de forma sistêmica, considerando o custo total da solução pretendida, evitando distorções de preços





entre itens que possam comprometer a economicidade e a gestão contratual. Além disso, favorece a padronização dos procedimentos operacionais, a uniformidade da supervisão e a adequada definição de responsabilidades, contribuindo para maior eficiência e vantajosidade para a Administração.

Quanto aos quantitativos estimados, sua definição decorreu de levantamento técnico realizado com base nas necessidades operacionais da Câmara Municipal de Extrema, considerando sua estrutura física, a ampliação dos serviços da UAI, PROCON Câmara e Casa do Cidadão, o fluxo de usuários, o histórico de eventos institucionais e a necessidade de manutenção de cobertura permanente e complementar de segurança. Os postos fixos atendem demanda contínua, enquanto os postos adicionais sob demanda e extraordinários atendem necessidades eventuais. A metodologia de estimativa adotou base histórica de utilização dos serviços, associada à projeção de crescimento institucional e análise de sazonalidade de eventos, de modo a assegurar aderência entre a necessidade administrativa e o dimensionamento contratual.

Diante desse contexto, conclui-se que os quantitativos estabelecidos são tecnicamente fundamentados, compatíveis com a realidade institucional e adequados para garantir a continuidade, eficiência e segurança dos serviços durante toda a vigência contratual, sem configurar superdimensionamento ou subdimensionamento.

Considerando as características do objeto, conclui-se que a realização de vistoria técnica prévia não se mostra necessária para a adequada elaboração das propostas, uma vez que as informações constantes no Termo de Referência são suficientes para sua formulação. Trata-se de serviço padronizado e amplamente conhecido no mercado, cuja dispensa de vistoria contribui para ampliar a competitividade e evitar custos desnecessários aos licitantes.

Após análise dos riscos da contratação, concluiu-se pela não exigência de garantia contratual, uma vez que a execução será acompanhada por fiscalização contínua, aplicação de sanções, retenções e demais mecanismos legais de controle. A medida amplia a competitividade sem comprometer a segurança da contratação.

A vigência inicial de 05 (cinco) anos justifica-se pela natureza continuada dos serviços de vigilância patrimonial armada, essenciais à segurança institucional e à proteção do patrimônio público. A contratação de longo prazo proporciona maior estabilidade operacional, redução de custos administrativos e maior eficiência na gestão contratual. A prorrogação até o limite de 10 anos dependerá da vantajosidade e do interesse público devidamente justificado.

A execução do objeto será realizada sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da necessidade de presença contínua de profissionais nos postos de





vigilância, com controle de jornada, substituição imediata de ausências e gestão permanente da força de trabalho. A natureza do serviço exige disponibilidade ininterrupta, não sendo compatível com execução por resultado ou demanda eventual.

Após análise, conclui-se pela inadequação do Sistema de Registro de Preços, uma vez que a demanda é contínua, previsível e previamente dimensionada. O contrato específico assegura maior controle, previsibilidade e eficiência, sendo mais adequado às necessidades da Administração.

Será exigida da licitante vencedora a apresentação de planilha detalhada de composição de custos e BDI, em razão da complexidade dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. A medida permite aferição da exequibilidade das propostas, análise de encargos e maior transparência na formação de preços.

Os quantitativos dos postos extraordinários foram definidos com base no histórico de eventos institucionais, incluindo sessões solenes, audiências públicas e demais atividades que demandam reforço de segurança. Estima-se até 52 dias anuais de eventos de longa duração e até 208 horas anuais de eventos de curta duração, sendo valores meramente estimativos.

A exigência de atestado de capacidade técnica visa comprovar aptidão operacional da licitante, sendo proporcional e compatível com o objeto. A exigência de apenas um atestado preserva a competitividade e reduz riscos de inexecução contratual.

A autorização de funcionamento da Polícia Federal será exigida como condição para assinatura do contrato, assegurando que a empresa vencedora esteja legalmente habilitada para exercer a atividade de vigilância armada, sem restringir a competitividade na fase de habilitação.

A contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada pela Câmara Municipal de Extrema atende de forma direta e essencial ao interesse público, na medida em que se destina à proteção do patrimônio público, à preservação da integridade física de servidores, agentes públicos e cidadãos, bem como à garantia da continuidade e regularidade das atividades institucionais do Poder Legislativo.

O valor do intervalo mínimo de diferença entre os lances, fixado em R\$ 1.500,00, mostra-se tecnicamente adequado e proporcional à natureza do objeto e ao valor global estimado da contratação, que corresponde a R\$ 3.023.283,60 para o período de cinco anos. A definição desse parâmetro busca assegurar o equilíbrio entre a ampla competitividade do certame e a racionalidade da disputa, evitando tanto a realização de lances de reduzida expressão econômica quanto a ocorrência de variações excessivamente amplas que possam comprometer a dinâmica do pregão e restringir a efetiva competição entre os licitantes. Nesse





contexto, o valor estabelecido representa aproximadamente 0,05% do valor total estimado da contratação, percentual compatível com a prática administrativa em certames de grande vulto e com a necessidade de preservação da eficiência do procedimento licitatório.

A adoção do intervalo de R\$ 1.500,00 contribui para a manutenção de uma disputa equilibrada, permitindo reduções progressivas de preço com impacto econômico real e significativo, ao mesmo tempo em que evita a multiplicidade de lances de valor meramente simbólico, que poderiam prolongar desnecessariamente a fase competitiva sem correspondente vantagem para a Administração Pública. No caso de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, a formação de preços envolve componentes relevantes e sensíveis, como encargos trabalhistas, previdenciários, tributos, custos operacionais e insumos obrigatórios, de modo que variações mínimas devem ser suficientemente relevantes para refletir efetiva vantagem econômica na proposta final. O intervalo fixado atende a essa necessidade, garantindo que cada lance represente efetiva melhoria na proposta global.

Além disso, o valor estabelecido favorece a eficiência do certame, contribuindo para a celeridade da etapa de lances e para a clareza na condução do julgamento, sem comprometer a competitividade entre os participantes. Trata-se, portanto, de medida que harmoniza os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa. Diante disso, conclui-se que a fixação do intervalo mínimo de R\$ 1.500,00 revela-se medida adequada, razoável e proporcional às características da contratação, contribuindo para a obtenção de propostas efetivamente vantajosas à Administração Pública, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

O interesse público, no caso concreto, se materializa na necessidade permanente de assegurar um ambiente institucional seguro e controlado, apto ao funcionamento adequado de unidades administrativas e de atendimento ao cidadão, tais como a Unidade de Atendimento Integrado (UAI), o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão, que ampliam significativamente o fluxo de usuários e a exposição das instalações a riscos diversos. A ausência ou insuficiência de vigilância patrimonial adequada comprometeria não apenas a segurança física do patrimônio público, mas também a própria capacidade de funcionamento regular dos serviços prestados à população.

A adoção de solução integrada de vigilância, com postos fixos, adicionais sob demanda e extraordinários, decorre da necessidade de resposta proporcional e eficiente às diferentes intensidades de risco e de circulação de pessoas ao longo da rotina institucional. Essa modelagem permite à Administração atuar com previsibilidade na proteção contínua das





instalações e, simultaneamente, com flexibilidade para reforço da segurança em situações excepcionais, como eventos institucionais, sessões solenes, audiências públicas e demais atividades de grande concentração de pessoas.

Sob a perspectiva do interesse público, a opção por contratação unificada em lote único com gestão centralizada reforça a eficiência administrativa, reduz riscos de descontinuidade operacional e evita fragmentação de responsabilidades, assegurando maior clareza quanto à responsabilização da contratada e maior efetividade na fiscalização contratual. Em serviços de natureza sensível como a vigilância armada, a dispersão de contratos e operadores poderia gerar inconsistências operacionais, sobreposição de comandos e fragilização da cadeia de controle, com potencial impacto direto na segurança institucional.

Além disso, a contratação estruturada sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra garante disponibilidade contínua de profissionais devidamente capacitados, permitindo pronta resposta a incidentes, substituições imediatas e manutenção ininterrupta dos postos de vigilância. Essa característica é indispensável para mitigar riscos de vulnerabilidade institucional, especialmente em ambientes públicos com circulação constante de pessoas e bens de elevado valor administrativo, documental e simbólico.

Do ponto de vista econômico, o interesse público também é atendido por meio da obtenção de ganhos de escala, redução de custos administrativos indiretos e maior racionalização da gestão contratual ao longo do tempo, evitando a necessidade de múltiplos processos licitatórios e sucessivas transições contratuais, que tendem a elevar custos operacionais e aumentar riscos de descontinuidade dos serviços.

A definição de quantitativos baseada em critérios técnicos e históricos de demanda reforça a aderência da contratação à realidade institucional, evitando tanto o subdimensionamento, que colocaria em risco a segurança dos usuários e das instalações, quanto o superdimensionamento, que implicaria desperdício de recursos públicos. Essa calibragem técnica dos serviços assegura uso racional do orçamento público, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

No mesmo sentido, a exigência de qualificação técnica mínima, planilha de custos detalhada, autorização da Polícia Federal e demais requisitos de habilitação não representam restrição indevida à competitividade, mas sim instrumentos de proteção do interesse público, voltados à seleção de empresa efetivamente capaz de executar serviço de alta complexidade e relevância institucional. Em serviços de vigilância armada, a contratação de empresa inabilitada ou operacionalmente incapaz representa risco direto à segurança pública e à continuidade administrativa, o que torna tais exigências proporcionais e necessárias.





Por fim, a opção pela vigência contratual de longo prazo, associada à possibilidade de prorrogação, atende ao interesse público ao conferir estabilidade à prestação do serviço, continuidade na execução, redução de custos de transição e consolidação de rotinas operacionais, elementos indispensáveis à maturidade e eficiência da gestão da segurança institucional.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida representa solução plenamente aderente ao interesse público, por assegurar proteção efetiva do patrimônio e das pessoas, continuidade dos serviços institucionais, eficiência administrativa, racionalidade econômica e adequada gestão dos riscos inerentes à atividade de vigilância patrimonial armada, em estrita conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

DIRETORIA GERAL

Extrema, MG, 22 de junho de 2026.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL

DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse TERMO DE REFERÊNCIA.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE



**ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS**

Dados da empresa e de seu representante legal:

Empresa:

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.:

E-MAIL: XXX

TELEFONE/WHATSAPP:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO 60 MESES
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	03		12 meses		
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	02		12 meses		
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação	01		52 dias		





	eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.					
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	Hora de vigilância armada		208 horas		
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES						-
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 60 MESES					-	





Representante Legal:

Nome: xxx

Endereço: xxx

Cidade: xxx

UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx

Expedição: xxx

Naturalidade: xxx

Nacionalidade: xxx

Local/Data: xxx

O proponente **DECLARA** que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Indicação da forma de pagamento:

BOLETO ()	DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ()	
	BANCO	
	AGÊNCIA	
	Nº DA CONTA	
	FAVORECIDO	

Assinatura do Responsável



**ANEXO V - PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS).**

- ✓ A presente pesquisa de preços tem por finalidade levantar os valores praticados no mercado para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância armada.
- ✓ Tal levantamento visa subsidiar a instrução do processo licitatório a ser conduzido pela Câmara Municipal de Extrema/MG, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Foram encaminhados, por meio eletrônico, pedidos de cotação de preços. Os fornecedores foram selecionados por constarem na base de dados da Câmara Municipal de Extrema ou por já terem fornecido anteriormente ao órgão, atendendo plenamente à logística requerida pela Administração, não havendo, até o momento, qualquer fato que os desabone.
- ✓ Adicionalmente, foi realizada pesquisa na internet com o objetivo de identificar outros prestadores de serviço do mesmo ramo que atuam na região ou que já forneceram para outros órgãos públicos, de forma a ampliar as referências de mercado e assegurar maior precisão e competitividade na pesquisa de preços.
- ✓ As empresas **TUTORI SEGURANÇA ARMADA E VIGILÂNCIA LTDA.**, e **LF PREMIUM LTDA.**, responderam o pedido de cotação.
- ✓ A ferramenta para pesquisa de preços do Banco de Preços do Tribunal de Contas de Minas Gerais, destinada a promover a transparência e o controle dos preços praticados nas contratações públicas, conforme previsto no Manual de Procedimentos Licitatórios e Contratações do TCE-MG está temporariamente desativada.
- ✓ Registra-se que foi possível obter parâmetros adicionais junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tendo em vista a existência de contratações homologadas, nos últimos 12 (doze) meses, referentes a objeto igual ou similar ao pretendido.

<i>Contratação</i>	<i>Órgão</i>	<i>ID de Contratação</i>
Edital nº FS000005/26/2026	Câmara Municipal de Mirassol	51847499000108-1-000004/2026
Edital nº 11/2026	Balneário Picarras Câmara Municipal de Vereadores	83551523000153-1-000014/2026

- ✓ Registra-se, por fim, que a Câmara Municipal de Extrema possui contrato vigente para a aquisição de um item em questão, já rescindido, servindo-se o presente documento e processo licitatório para evitar quaisquer desfalque no lapso temporal.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO 60 MESES
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente,	03	R\$ 8.663,97	12 meses	R\$ 311.902,92	R\$ 1.559.514,60





	03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.					
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	02	R\$ 8.673,97	12 meses	R\$ 208.175,28	R\$ 1.040.876,40
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	01	R\$ 1.026,51	52 dias	R\$ 53.378,52	R\$ 266.892,60
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	Hora de vigilância armada	R\$ 150,00	208 horas	R\$ 31.200,00	R\$ 156.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES					R\$ 604.656,72	-
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 60 MESES					-	R\$ 3.023.283,60





ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA MEDIANTE REQUISIÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.	82/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.	12/2026
EDITAL Nº.	12/2026
CONTRATO Nº.	XXX/2026
DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO	11/06/2026
DATA ACORDO COLETIVO, CONVENÇÃO COLETIVA OU SENTENÇA NORMATIVA EM DISSÍDIO COLETIVO	01/01/2026
NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90012

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA E A EMPRESA XXX REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA MEDIANTE REQUISIÇÃO.

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado a empresa XXX, estabelecida na XXX, XXX, XXX (XX), inscrita no CNPJ nº. XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXX, e CPF nº. XXX, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:





1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS / DO QUANTITATIVO

1.1 OBJETO: Contratação de prestação de serviços continuados especializados de vigilância armada com dedicação de mão de obra exclusiva mediante requisição: **ITEM 01** – 03 (três) postos fixos contínuos: Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. **ITEM 02** – 02 (dois) postos adicionais estimados e eventuais sob demanda: Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. **ITEM 03** – 52 (cinquenta e dois) dias estimados em postos extraordinários para eventos institucionais de longa duração: Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais. **ITEM 04** – 208 (duzentas e oito) horas anuais estimadas (jornada de 04 horas por posto) em postos extraordinários por hora para eventos institucionais de curta duração: Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.

1.2. REGIME DE EXECUÇÃO: O objeto será executado pelo regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, mediante demanda.





1.2.1 Os serviços objeto deste contrato serão executados nas dependências da CONTRATANTE, em sua sede e seus anexos, bem como em eventos no Município de Extrema/MG.

1.3 ASPECTOS RELEVANTES

- a)** A presente contratação possui natureza continuada e essencial ao regular funcionamento das atividades institucionais da Câmara Municipal, destinando-se à proteção de seu patrimônio, servidores, vereadores, colaboradores e munícipes que frequentam suas dependências.
- b)** Destaca-se que a solução foi estruturada de forma a contemplar não apenas a cobertura ordinária das dependências da Câmara, mediante postos fixos contínuos, mas também a possibilidade de ampliação temporária da segurança institucional por meio de postos adicionais sob demanda, bem como cobertura extraordinária para eventos institucionais de longa e curta duração.
- c)** Os quantitativos estimados foram definidos com base nas necessidades operacionais da Administração, considerando a rotina administrativa da Câmara Municipal, o histórico de realização de sessões solenes, audiências públicas, reuniões institucionais, eventos oficiais e demais atividades que demandam reforço temporário da estrutura de segurança.
- d)** Ressalta-se que os quantitativos previstos para postos adicionais, diárias extraordinárias e horas extraordinárias possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração, sendo sua utilização condicionada à efetiva necessidade e mediante requisição formal durante a vigência contratual.
- e)** A contratação de empresa especializada devidamente autorizada pelos órgãos competentes constitui medida indispensável para assegurar a adequada execução dos serviços, a observância da legislação aplicável à atividade de segurança privada e a manutenção dos padrões de segurança exigidos para o exercício das atividades institucionais da Câmara Municipal.
- f)** A previsão de postos extraordinários por hora destina-se ao atendimento de necessidades eventuais de segurança institucional em atividades de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, tais como reuniões institucionais, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais eventos que não demandem a mobilização de um posto diário integral. A adoção da contratação por hora busca conferir maior economicidade e eficiência à Administração, evitando a contratação de jornadas completas quando a necessidade operacional estiver limitada a períodos reduzidos de tempo.





Para fins de estimativa, considerou-se a jornada média de 04 (quatro) horas por acionamento, compatível com a duração normalmente observada nos eventos institucionais realizados pela Câmara Municipal, totalizando a previsão anual de 208 (duzentas e oito) horas, correspondente a aproximadamente 52 (cinquenta e dois) acionamentos ao longo do ano, sem constituir obrigação de contratação integral pela Administração, cuja utilização ficará condicionada à efetiva necessidade do serviço e à emissão de requisição formal.

g) O posto poderá permanecer descoberto durante o período destinado ao intervalo de almoço ou jantar do profissional, não sendo devida qualquer indenização, compensação ou pagamento adicional em razão da não cobertura do posto durante referido intervalo.

h) Registra-se que a licitação se destina à contratação para 05 (cinco) anos, sendo que o contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.

i) A Contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os equipamentos, materiais, armamentos, acessórios, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância armada, observando a legislação vigente, as normas da Polícia Federal e demais regulamentações aplicáveis.

1.3.1 Natureza do objeto: Serviço comum, continuado, de vigilância patrimonial armada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinado à proteção de instalações, bens e pessoas no âmbito da Câmara Municipal.

1.4 Quantitativo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	03
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	02
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados	01





	à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	Hora de vigilância armada (208horas)

1.5 Prazo do contrato: O contrato terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A implantação dos serviços deverá ocorrer na mesma data de início da vigência contratual.

1.6 A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal de Extrema, em conformidade com o planejamento administrativo e orçamentário do órgão.

O objeto está registrado no Plano de Contratações Anual nos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	PAC
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo, inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	426
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	537
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	427





04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.	538
----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

A inclusão da contratação no planejamento anual demonstra a necessidade previamente identificada pela Administração, observando os princípios da eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e racionalização dos recursos públicos. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2025 e também no ComprasGov.

1.7 DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SETOR:

CAC: 17,19%

UAI: 17,19%

ADMINISTRATIVO: 17,19%

ADMINISTRATIVO (ITENS 02, 03 E 04): 48,42%

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.

2.1 Este contrato vincula-se ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2026, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.

2.2 **Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

2.3 **Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

2.4 **Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

2.5 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das





obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.

3.1 As partes submetem-se às normas da Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, EDITAL nº XX/2026 e à Lei Complementar Nº 123/2006.

3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.

3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.

3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A execução dos serviços de vigilância patrimonial armada ocorrerá nas dependências da Câmara Municipal de Extrema/MG, e em seus anexos, bem como em eventos oficiais no município de Extrema, compreendendo atividades de prevenção, proteção patrimonial, controle de acesso de pessoas e veículos, preservação da ordem interna, acompanhamento





de movimentações suspeitas e adoção das medidas preventivas necessárias à segurança institucional.

Os serviços serão prestados por vigilantes devidamente habilitados, uniformizados, armados e regularmente registrados perante os órgãos competentes, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.967/2024, normas da Polícia Federal e demais legislações aplicáveis à atividade de segurança privada.

Os postos serão executados mediante dedicação exclusiva de mão de obra, cabendo à contratada disponibilizar profissionais qualificados e em quantitativo suficiente para assegurar a perfeita execução contratual durante todo o período de vigência.

A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento da mão de obra, uniformes, equipamentos de proteção individual, armamentos, munições, meios de comunicação e demais recursos necessários à execução dos serviços.

7.2. Dos Postos Fixos Contínuos

A contratada deverá disponibilizar inicialmente 03 (três) postos fixos contínuos de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal.

Os postos funcionarão de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, observadas as normas trabalhistas aplicáveis e a necessidade de substituição imediata em casos de ausência, afastamento ou impedimento do vigilante escalado.

Compete aos vigilantes lotados nos postos fixos:

- I – controlar o acesso de servidores, vereadores, visitantes, prestadores de serviços e demais usuários;
- II – realizar inspeções visuais preventivas nas áreas internas e externas da Câmara;
- III – atuar preventivamente na preservação da integridade física das pessoas e do patrimônio público;
- IV – comunicar imediatamente à fiscalização contratual qualquer ocorrência relevante;
- V – adotar as providências iniciais cabíveis em situações de emergência, observados os limites legais da atividade.

7.3. Dos Postos Adicionais Sob Demanda





Poderão ser solicitados até 02 (dois) postos adicionais de vigilância armada, destinados ao reforço operacional temporário da segurança institucional.

O acionamento ocorrerá mediante solicitação formal da Administração, contendo a quantidade de postos, local de atuação, período de execução e demais informações necessárias ao atendimento da demanda.

A contratada deverá disponibilizar os profissionais solicitados no prazo máximo definido no contrato ou na Ordem de Serviço emitida pela Administração.

A utilização dos postos adicionais ocorrerá exclusivamente conforme necessidade da Câmara Municipal, não gerando obrigação de contratação mínima ou utilização integral da estimativa prevista.

7.4. Dos Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração

A Administração poderá solicitar a execução de até 52 (cinquenta e dois) dias estimados de postos extraordinários destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, cerimônias oficiais, eventos institucionais e demais atividades extraordinárias.

Os postos poderão ser demandados em dias úteis, finais de semana, feriados ou horários excepcionais.

O acionamento ocorrerá mediante comunicação prévia da Administração contendo:

- I – data do evento;
- II – horário de início e término;
- III – quantidade de postos necessários;
- IV – local de execução;
- V – orientações operacionais específicas.

Os vigilantes designados deverão permanecer integralmente à disposição durante o período contratado para o evento.

7.5. Dos Postos Extraordinários por Hora para Eventos de Curta Duração

A Administração poderá solicitar até 208 (duzentas e oito) horas anuais estimadas de vigilância armada para atendimento de eventos institucionais de curta duração.





Cada acionamento corresponderá, em regra, à jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, sem prejuízo de ajustes específicos definidos pela Administração conforme a necessidade operacional.

Os serviços poderão ser executados em período diurno ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

O pagamento ocorrerá exclusivamente pelas horas efetivamente autorizadas, executadas e atestadas pela fiscalização contratual.

7.6. Do Acionamento dos Serviços Sob Demanda

Os serviços previstos nos Itens 02, 03 e 04 serão executados exclusivamente mediante requisição formal da Câmara Municipal.

A requisição conterá, no mínimo:

- I – identificação do evento ou necessidade operacional;
- II – quantidade de postos solicitados;
- III – local de execução;
- IV – data e horário de início;
- V – duração estimada dos serviços.

7.7. Da Substituição de Vigilantes

A contratada deverá promover a substituição imediata de vigilante ausente, afastado, licenciado ou impedido de exercer suas funções.

Não será admitida interrupção da prestação dos serviços em razão de faltas, férias, afastamentos ou quaisquer situações relacionadas à gestão de pessoal da contratada.

7.8. Da Fiscalização e Medição

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Câmara Municipal.

A fiscalização verificará, entre outros aspectos:

- I – assiduidade e pontualidade dos vigilantes;
- II – correta utilização de uniformes e equipamentos;





- III – habilitação profissional dos vigilantes;
- IV – cumprimento dos horários contratados;
- V – atendimento das ordens de serviço emitidas pela Administração;

- VI – qualidade dos serviços prestados.

A medição dos serviços ocorrerá mensalmente para os postos fixos contínuos e conforme efetiva execução para os postos eventuais e extraordinários.

Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, comprovados e atestados pela fiscalização contratual.

7.9. O objeto será executado pelo regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, mediante prestação contínua de serviços, observadas as condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA durante toda a vigência contratual.

7.11. Não será exigida garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, salvo disposição superveniente da Administração devidamente justificada.

7.12. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável perante a CONTRATANTE pela execução dos serviços, exceto autorização prévia e expressa da Administração, observadas as disposições legais aplicáveis.

5 CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.

5.1 O valor unitário e a quantidade para o fornecimento do presente CONTRATO são os estabelecidos na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO 60 MESES
01	03 (três) postos Fixos Contínuos - Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo,	03		12 meses		





	inicialmente, 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.					
02	02 (dois) postos Adicionais Estimados e Eventuais Sob Demanda - Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.	02		12 meses		
03	Postos Extraordinários para Eventos Institucionais de Longa Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.	01		52 dias		
04	Postos Extraordinários por Hora para Eventos Institucionais de Curta Duração - Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais, reuniões, audiências públicas, sessões solenes, cerimônias oficiais e demais atividades	Hora de vigilância armada		208 horas		



extraordinárias de curta duração promovidas pela Câmara Municipal, cuja necessidade operacional não demande a contratação de posto diário integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, conforme demanda específica, observando-se jornada estimada de 04 (quatro) horas por posto solicitado, podendo ocorrer em horários excepcionais, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, conforme necessidade institucional.					
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES					-
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 60 MESES					-

5.2 O valor global estimado do presente contrato para 12 (doze) meses é de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso). O valor global estimado para 60 (sessenta) meses é de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso).

6 CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).

Recebimento

6.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e realizado nas condições estabelecidas. A pontualidade constitui condição essencial do ajuste: entregas fora do horário fixado não serão toleradas e poderão ser recusadas total ou parcialmente, sem ônus para a CONTRATANTE, facultada a aplicação das penalidades cabíveis. O risco e a logística de transporte são de responsabilidade integral da CONTRATADA.

6.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

6.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela





Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.

6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- f) a data da emissão;
- g) os dados do contrato e do órgão contratante;
- h) o período respectivo de execução do contrato;
- i) o valor a pagar; e
- j) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal





quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

6.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

6.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

6.17 Não será admitida a antecipação de pagamento.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.

7.1 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.





8 CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA / DATA-BASE / DO ACORDO COLETIVO / DA REPACTUAÇÃO

8.1 VIGÊNCIA: O CONTRATO terá vigência inicial de cinco anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de dez anos, observadas as disposições legais aplicáveis. O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, com **início em 23 de novembro de 2026 e término em 23 de novembro de 2031**.

8.2 DA CONVENÇÃO COLETIVA: A Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou Sentença Normativa vigente tem data-base correspondente a 01 de janeiro de 2026 (01/01/2026).

8.3 DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS: A repactuação constitui instrumento destinado à manutenção do equilíbrio dos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da variação dos custos decorrentes da mão de obra vinculada à execução contratual.

A repactuação poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I – após o transcurso do interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base da categoria profissional vinculada ao contrato, prevista em acordo coletivo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa;

II – quando houver publicação de novo Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa que implique alteração dos pisos salariais, benefícios trabalhistas, encargos sociais ou demais custos obrigatórios da categoria profissional empregada na execução dos serviços.

A repactuação dependerá de solicitação formal da contratada, acompanhada de demonstração analítica da efetiva variação dos custos, mediante apresentação de nova Planilha de Custos e Formação de Preços e dos documentos comprobatórios pertinentes.

A repactuação não ocorrerá de forma automática, cabendo à contratada demonstrar a repercussão financeira dos novos custos sobre a execução contratual, ficando sua concessão condicionada à análise e aprovação pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.





9 CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.6 Multa:

9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;





9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e





sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação e fichas:

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha:8

Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha: 31

Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

Dotação: 3.3.90.39.99

Ficha:54





Resumo: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS

11.1 Para atendimento da presente contratação, a empresa a ser contratada deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- a) A contratação deverá ser realizada junto a empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, devidamente autorizada a funcionar pelos órgãos competentes, observando integralmente a legislação aplicável à atividade de segurança privada e demais normas correlatas;
- b) A contratada deverá possuir autorização de funcionamento bem como comprovar a regularidade de sua atividade durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela manutenção das licenças, alvarás, certificados e demais documentos exigidos pela legislação.
- c) Os profissionais disponibilizados para execução dos serviços deverão possuir formação específica para o exercício da atividade de vigilante, curso de reciclagem atualizado, porte funcional válido, aptidão física e psicológica compatíveis com as atribuições desempenhadas e demais requisitos previstos na legislação aplicável.
- d) A contratada deverá disponibilizar profissionais uniformizados, identificados e equipados com os equipamentos de proteção individual, armamentos, munições, meios de comunicação e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços, observadas as exigências legais e regulamentares pertinentes.
- e) Os serviços deverão ser prestados mediante dedicação exclusiva de mão de obra nos postos efetivamente requisitados pela Administração, abrangendo postos fixos contínuos, postos adicionais sob demanda e postos extraordinários para eventos institucionais, conforme necessidades operacionais da Câmara Municipal.
- f) A contratada deverá assegurar a imediata substituição de profissionais ausentes por motivo de férias, afastamentos, licenças, faltas ou quaisquer outras ocorrências que possam comprometer a continuidade da prestação dos serviços.
- g) Os serviços deverão ser executados na sede da Câmara Municipal, em seus anexos e em locais de realização de eventos institucionais no Município de Extrema/MG, conforme requisição formal da Administração.





h) A execução contratual deverá observar rigorosamente os horários, escalas, quantitativos e locais definidos pela Administração, bem como as orientações dos fiscais e gestores do contrato.

i) A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, tributárias e convencionais decorrentes da execução contratual, responsabilizando-se exclusivamente pelos encargos relativos aos profissionais empregados na prestação dos serviços.

j) A contratação possui natureza continuada e essencial, devendo a empresa manter capacidade operacional suficiente para atender tanto aos postos fixos quanto às demandas extraordinárias eventualmente requisitadas pela Administração durante toda a vigência contratual.

k) Considerando a natureza do objeto, não haverá exigência de amostras, prova de conceito ou visita técnica obrigatória, uma vez que as características dos serviços podem ser adequadamente descritas nos documentos da contratação e avaliadas mediante a comprovação da qualificação técnica e da regularidade dos documentos de habilitação da empresa licitante.

l) A Contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os equipamentos, materiais, armamentos, acessórios, uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância armada, observando a legislação vigente, as normas da Polícia Federal e demais regulamentações aplicáveis.

12. CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO / DA GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS.

12.1 A Matriz de Risco é anexa do processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.

12.2 As partes contratantes reconhecem os riscos inerentes à execução do presente contrato, comprometendo-se a adotar medidas de prevenção, mitigação e correção, conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão contratual.

12.3 Caso a Contratada venha a perder as condições técnicas, operacionais ou financeiras para a adequada execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à rescisão contratual motivada. Nessa hipótese, será convocado o segundo colocado ou adotadas as providências legais cabíveis para a continuidade do serviço ou entrega do bem.





12.4 Na ocorrência de prestação de serviço ou entrega de bens em desconformidade com as especificações contratuais, a CONTRATADA será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo estipulado. O descumprimento implicará a aplicação de penalidades contratuais, inclusive a possibilidade de rescisão.

12.5 Verificada, a qualquer tempo, a existência de impedimento legal da CONTRATADA para celebrar contrato com a Administração, inclusive por meio de consultas ao CNEP, TCU ou demais cadastros públicos, será realizada sua imediata inabilitação, com a adoção das providências legais subsequentes.

12.6 Em caso de atraso na entrega por parte da CONTRATADA, será exigida a reprogramação contratual e poderá ser aplicada multa prevista neste instrumento. Persistindo a mora, a CONTRATANTE poderá proceder à substituição da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.7 Na hipótese de ocorrência de reajuste extraordinário de insumos que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser pleiteado o reequilíbrio, mediante apresentação de documentação comprobatória e observância das disposições constantes na cláusula específica deste contrato.

12.8 Diante de eventos climáticos extremos que prejudiquem a execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência, acionar os seguros obrigatórios contratados, caso tenha contratado, e negociar, quando cabível, a revisão dos prazos e condições contratuais.

12.9 Em caso de falência ou insolvência da CONTRATADA, será promovida a execução das garantias contratuais prestadas, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e adotar nova licitação ou contratação emergencial, conforme legislação vigente.

12.10 Se identificado erro de projeto que comprometa a execução contratual, caberá à CONTRATANTE promover a revisão técnica e, se necessário, substituir o responsável técnico ou revisar as cláusulas afetadas.

12.11 Ocorrendo greves ou paralisações legais que impactem os prazos contratuais, o cronograma será ajustado, respeitado o limite de tolerância previsto em cláusula própria e garantida a avaliação para eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

12.12 No caso de inadimplemento de pagamento por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá pleitear a suspensão parcial ou total da execução contratual, desde que previamente comunicado e formalmente justificado, sem prejuízo da renegociação dos prazos e condições, conforme disposições legais.





13. CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.

13. Na forma estabelecida pelo art. 130 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ocorrer alteração contratual, devidamente justificada e comprovada, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até quinze dias úteis.

14. CLÁUSULA CATORZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

14.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.

14.2 A garantia ofertada pela CONTRATADA em sua proposta permanecerá válida independentemente da vigência deste Contrato, obrigando-se a sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer vícios, defeitos ou falhas que venham a ocorrer no período de cobertura. Na ausência de garantia expressamente indicada, o prazo mínimo será de doze meses para todos os efeitos, da data de emissão da nota fiscal.

15. CLÁUSULA QUINZE – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

15.1 O prazo mínimo de garantia independente de ser oferecida ou não pelo CONTRATADO será de doze meses contados da data de emissão da nota fiscal.

15.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.





15.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.

15.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

15.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.

15.6 A garantia do produto quando declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.

16.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato, Termo de Referência, proposta apresentada e demais anexos;
- b) Proporcionar as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, permitindo o acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências onde os serviços serão prestados;
- c) Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações, orientações e documentos necessários à execução dos serviços;
- d) Designar gestor e fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais e a qualidade dos serviços prestados;
- f) Formalizar as solicitações de postos eventuais, extraordinários ou reforços operacionais, indicando local, data, horário, quantitativo de profissionais e demais condições necessárias à execução dos serviços;
- g) Receber provisória e definitivamente os serviços executados, observadas as disposições contratuais;
- h) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, falhas, irregularidades, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que sejam sanados às suas expensas;





- i) Solicitar a substituição de profissionais que não atendam aos requisitos contratuais ou que apresentem conduta incompatível com a adequada execução dos serviços, observada a legislação aplicável;
- j) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente aos serviços efetivamente executados, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- k) Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- l) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer ocorrências, falhas ou irregularidades constatadas durante a execução contratual;
- m) Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando constatado o descumprimento de obrigações contratuais;
- n) Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução do ajuste;
- o) Concluída a instrução do requerimento apresentado pela CONTRATADA, decidir sobre a matéria no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, admitida prorrogação motivada por igual período;
- p) Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando exigidas, acerca da instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de obrigações contratuais;
- q) Disponibilizar, quando necessário, local adequado para permanência dos vigilantes durante a prestação dos serviços, observadas as condições mínimas exigidas pela legislação aplicável;
- r) Fornecer as informações relativas às normas internas de segurança, acesso e funcionamento das dependências da Câmara Municipal que sejam necessárias à execução dos serviços;
- s) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- t) Registrar e atestar a efetiva execução dos serviços para fins de liquidação e pagamento;
- u) Exercer as demais atribuições necessárias à boa execução do Contrato, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.





16.2 São obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do Contrato, do Termo de Referência, de sua proposta comercial e demais documentos que integram a contratação, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;
- b) Executar os serviços de vigilância patrimonial armada com estrita observância das condições, quantitativos, horários, locais de prestação e demais especificações estabelecidas no Contrato e seus anexos;
- c) Disponibilizar profissionais devidamente habilitados, capacitados e autorizados nos termos da legislação vigente para o exercício da atividade de vigilância armada;
- d) Fornecer toda a mão de obra, armamentos, munições, equipamentos, uniformes, equipamentos de proteção individual – EPI, meios de comunicação e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços;
- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor e pelos fiscais do Contrato, bem como prestar os esclarecimentos e informações solicitados;
- f) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, a segurança das instalações ou o cumprimento das obrigações contratuais;
- g) Providenciar a imediata substituição de vigilante que se ausente do posto, garantindo a continuidade da prestação dos serviços sem interrupção;
- h) Substituir, mediante solicitação justificada da CONTRATANTE, qualquer empregado cuja conduta, desempenho ou qualificação sejam considerados inadequados à execução dos serviços;
- i) Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com as especificações contratuais ou que apresentem falhas de execução;
- j) Responsabilizar-se pelos vícios, falhas e danos decorrentes da execução contratual, bem como pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes;
- k) Manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- l) Cumprir, durante toda a execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e demais hipóteses legalmente exigíveis;





- m) Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos, rotinas administrativas, procedimentos de segurança e demais dados a que tiver acesso em razão da execução contratual;
- n) Observar e cumprir a legislação federal, estadual e municipal aplicável à atividade de vigilância patrimonial armada, especialmente as normas da Polícia Federal e demais órgãos competentes;
- o) Orientar e treinar seus empregados quanto às obrigações decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas eficazes para proteção das informações acessadas durante a execução dos serviços;
- p) Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, nem permitir a utilização de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual;
- r) Assumir integral responsabilidade pelos atos praticados por seus empregados, prepostos e representantes durante a execução dos serviços;
- s) A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por seu pagamento;
- t) Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização contratual, documentos comprobatórios da regularidade trabalhista, previdenciária, fiscal e da manutenção das condições de habilitação;
- u) Manter preposto formalmente designado durante toda a vigência contratual, apto a representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE e a adotar providências relacionadas à execução dos serviços;
- v) Atender às solicitações de postos eventuais e extraordinários realizadas pela CONTRATANTE, observados os prazos de mobilização definidos no Termo de Referência;
- w) Garantir a adequada identificação de seus empregados mediante uniforme padronizado e crachá funcional durante a prestação dos serviços;
- x) Responsabilizar-se pela guarda, transporte, porte e utilização dos armamentos e munições empregados na execução contratual, observada a legislação aplicável;
- y) Manter os postos devidamente ocupados durante todo o período contratado, observando rigorosamente os horários estabelecidos pela CONTRATANTE;





- z) Permitir e facilitar a fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, disponibilizando todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução contratual;
- aa) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência policial, incidente de segurança, situação de risco, dano ao patrimônio ou fato relevante verificado durante a execução dos serviços;
- bb) Cumprir as normas internas de acesso, segurança e funcionamento da Câmara Municipal e dos locais onde forem realizados os eventos institucionais objeto da contratação.
- cc) A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do Contrato, sempre que solicitado, para fins de fiscalização e comprovação do cumprimento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e fundiárias, os documentos relacionados à execução contratual, incluindo, mas não se limitando a, folhas de pagamento, contracheques, comprovantes de pagamento de salários, guias de recolhimento de FGTS, INSS, tributos incidentes, bem como demais documentos pertinentes. A solicitação poderá ser realizada a qualquer tempo pelo fiscal ou gestor do Contrato, devendo a CONTRATADA disponibilizar a documentação no prazo estabelecido de até 03 (três) dias úteis.
- dd) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- I. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
 - II. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;
 - III. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
 - IV. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;





V. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

17.CLÁUSULA DEZESSETE – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CâMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.

18.1 Não se aplica.

18.CLÁUSULA DEZOITO – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.

18.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no Pregão Eletrônico.

19.CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.

19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

20.CLÁUSULA VINTE – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





20.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

20.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

20.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

20.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

20.8.1 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

20.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

20.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

20.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

20.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de





apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

20.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

20.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

20.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

20.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

20.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

20.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

20.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

20.12 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados, geridos, e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora e fiscal do contrato por meio da Portaria nº 29/2025 e 30/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-la





mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

20.13 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

21. CLÁUSULA VINTE E UM – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.

21.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

21.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.





21.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

21.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

21.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

21.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

21.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

21.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

21.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.4.3 Indenizações e multas.

22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

22.1 **Vigência:** O CONTRATO terá vigência inicial de cinco anos, contados a partir da data de 23 de novembro de 2026. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de dez anos, observadas as disposições legais aplicáveis. O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, com **início em 23 de novembro de 2026 e término em 23 de novembro de 2031.**

22.2 **Renovação:** O CONTRATO O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, com início em 23 de novembro de 2026 e término em 23 de novembro de 2031, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração e mediante termo aditivo, não necessariamente por períodos iguais, até o limite máximo de dez anos, observadas as disposições legais aplicáveis. A prorrogação da vigência ficará condicionada à manutenção





da necessidade e da continuidade dos serviços, à regularidade da execução contratual e ao interesse público devidamente motivado pela autoridade competente.

23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

23.1 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados, geridos e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora e fiscal do contrato por meio da Portaria nº 29/2025 e 30/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-la mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO PREPOSTO.

24.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. XXX.

25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DAS ALTERAÇÕES.

25.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

25.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA PUBLICAÇÃO.

26.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.





27. CLÁUSULA VINTE E SETE – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

27.1 Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:

a. Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.

28. CLÁUSULA VINTE E OITO – DO FORO.

28.1 É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Extrema (MG), XX de XX de 2026.

Signatários	
<div>XXX Presidente Câmara Municipal de Extrema CONTRATANTE</div>	<div>XXX XXX CONTRATADA</div>
<u>Testemunhas</u>	
01.Nome/Assinatura/CPF	
02.Nome/Assinatura/CPF	





ANEXO VII – PROJETO BÁSICO

PRC 82/2026

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 OBJETO

Contratação de prestação de serviços continuados especializados de vigilância armada com dedicação de mão de obra exclusiva mediante requisição, compreendendo:

ITEM 01 – 03 (três) postos fixos contínuos

Prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados à cobertura ordinária das dependências da Câmara Municipal, compreendendo inicialmente 03 (três) postos fixos, em regime de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

ITEM 02 – 02 (dois) postos adicionais estimados e eventuais sob demanda

Prestação eventual de serviços de vigilância armada destinados ao reforço operacional temporário, mediante acionamento formal da Administração, para atendimento de necessidades supervenientes ou situações específicas que demandem ampliação temporária da estrutura de segurança institucional, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

ITEM 03 – 52 (cinquenta e dois) dias estimados em postos extraordinários para eventos institucionais de longa duração

Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de sessões solenes, audiências públicas, eventos institucionais, cerimônias oficiais e demais atividades extraordinárias promovidas pela Câmara Municipal cuja duração operacional demande cobertura por jornada diária integral. Os serviços serão executados mediante acionamento prévio da Administração, inclusive aos sábados, domingos, feriados ou em horários excepcionais.

ITEM 04 – 208 (duzentas e oito) horas anuais estimadas em postos extraordinários por hora (jornada de 04 horas)

Prestação eventual de serviços de vigilância patrimonial armada destinados à cobertura de eventos institucionais de curta duração, tais como reuniões, audiências públicas, sessões solenes e cerimônias oficiais, cuja necessidade não demande posto diário integral.





Os serviços serão executados mediante requisição prévia, com jornada estimada de 04 (quatro) horas por acionamento, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados.

1.2 REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto será executado sob o regime de execução indireta, por empreitada por preço unitário, mediante demanda. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATANTE, em sua sede e anexos, bem como em eventos realizados no Município de Extrema/MG.

1.3 ASPECTOS RELEVANTES DA CONTRATAÇÃO

- a) A contratação possui natureza continuada e essencial ao funcionamento institucional da Câmara Municipal, destinada à proteção do patrimônio público, servidores, vereadores, colaboradores e munícipes.
- b) A solução contempla postos fixos, postos sob demanda e postos extraordinários, garantindo cobertura ordinária e extraordinária da segurança institucional.
- c) Os quantitativos foram definidos com base em necessidades operacionais, histórico de eventos e estrutura administrativa.
- d) Os quantitativos são estimativos, não obrigando contratação integral, dependendo de requisição formal.
- e) A contratação de empresa especializada autorizada pela Polícia Federal é indispensável à execução legal dos serviços.
- f) Os postos extraordinários por hora visam atender eventos de curta duração, promovendo economicidade ao evitar contratação de jornada integral. A estimativa de 208 horas anuais corresponde a aproximadamente 52 acionamentos de 04 horas.
- g) O posto poderá permanecer descoberto durante intervalo de almoço/jantar do vigilante, sem ônus à Administração.
- h) A licitação será realizada pelo menor valor global estimado para 60 meses, com vigência inicial de 05 anos a partir de 23/11/2026, podendo ser prorrogada até 10 anos. A implantação ocorrerá na mesma data do início da vigência.
- i) A licitante deverá apresentar planilha detalhada de custos por item, conforme edital, sob pena de desclassificação.
- j) A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, materiais, armamentos, EPIs e uniformes necessários à execução dos serviços, conforme normas da Polícia Federal.

1.3.1 NATUREZA DO OBJETO





Serviço comum, continuado, de vigilância patrimonial armada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinado à proteção de instalações, bens e pessoas no âmbito da Câmara Municipal.

1.4 VALORES ESTIMADOS

VALOR GLOBAL 12 MESES: R\$ 604.656,72

VALOR GLOBAL 60 MESES: R\$ 3.023.283,60

1.5 PRAZO DO CONTRATO

Vigência inicial de 05 (cinco) anos, contados de 23 de novembro de 2026, podendo ser prorrogada sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, mediante justificativa de vantajosidade e interesse público. Implantação dos serviços ocorrerá na mesma data de início da vigência contratual.

1.6 ENQUADRAMENTO

Os itens não se enquadram como bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.7 PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no PCA da Câmara Municipal de Extrema, conforme registros:

Item 01: PAC 426

Item 02: PAC 537

Item 03: PAC 427

Item 04: PAC 538

O planejamento demonstra aderência aos princípios da eficiência, continuidade e economicidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de manutenção e ampliação dos serviços de vigilância armada nas dependências da Câmara Municipal de Extrema.

Embora exista contrato vigente, este não comporta acréscimos suficientes para atender à expansão institucional, especialmente após a implantação da UAI, PROCON Câmara e Casa do Cidadão, que aumentaram significativamente o fluxo de pessoas e a demanda por segurança. Diante disso, torna-se necessária a contratação de serviços continuados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo postos fixos, sob





demanda e extraordinários. A contratação visa garantir a proteção do patrimônio público, a integridade de pessoas e a continuidade das atividades institucionais, assegurando ambiente seguro e adequado ao funcionamento do Poder Legislativo. A solução atende ao interesse público ao promover segurança institucional, prevenção de riscos, continuidade dos serviços e proteção de bens e pessoas, em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade.

3. DO CONTROLE: Toda a documentação deste processo encontra-se franqueada ao controle interno e externo.

Extrema, MG, 18 de junho de 2026.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL

DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse PROJETO BÁSICO.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE





ANEXO VII – PLANILHAS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – ITEM 01

PROCESSO NÚMERO	82/2026
PRÉGIO ELETRÔNICO NÚMERO	12/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Extrema/MG
C	Ano do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo	01/01/2026
D	Número de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilante 44h semanais seg a sexta, 08 as 17h	Posto fixos	3

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilante 44h semanais seg a sexta, 08 as 17h
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade - 30%	
C	Adicional noturno	
TOTAL		3.282,37

Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Submódulo 2.1: 13º Salário e Férias

2.1	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) salário	8,33%	
B	Férias e 1/3 Constitucional de Férias	11,11%	
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º (décimo terceiro) salário, Férias e 1/3 Férias		
TOTAL		19,44%	

Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:

2.2	Itens de Custo (Descrição)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	Salário educação	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro acidente do trabalho	3,72%	
H	SEBRAE	0,60%	
TOTAL		37,52%	

Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:

2.3	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Cesta básica	
D	Assistência Médica e Familiar	
E	Assistência odontológica	
F	Seguro de Vida	
G	PCVC	
Total de Benefícios mensais e diários		





QUADRO RESUMO: ENCARGOS E BENEFÍCIOS

2	ENCARGOS E BENEFÍCIOS	Percentual	Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1: 13º Salário e Férias	19,44%	
2.2	Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:	37,52%	
2.3	Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:		
	TOTAL	56,96%	

Módulo 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	
C	Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	3,20%	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,73%	
	TOTAL	6,32%	

Módulo 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Substituição na cobertura de Férias	1,62%	
B	Substituição Ausência por doença	2,28%	
C	Substituição licença maternidade	0,65%	
D	Licença paternidade	0,15%	
E	Ausências legais	1,66%	
F	Ausência por acidente de trabalho	0,33%	
	Subtotal	6,69%	
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente	0,82%	
	TOTAL	7,51%	

Módulo 4.2: Intra jornada

4.2	Itens de Custo (Descrição)		Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação		
	TOTAL		

Módulo 5: Insumos Diversos

5	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas	
C	Outros	
	Total de Insumos diversos	

Módulo 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos indiretos, tributos e lucro	Percentual	Valor (R\$)
A	Custos indiretos (3% Sede, 5% Supervisão, 7% Pessoal da Administração,)	15,00%	
B	Lucro	10,46%	
C	Tributos		
	B.1. Tributos federais		
	PIS	0,65%	
	COFINS	3,00%	
	B.2 Tributos municipais		
	ISSQN	2,00%	
	TOTAL		

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	R\$
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo para Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	
	Valor total por empregado	
	Valor total por posto	





PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – ITEM 02

PROCESSO LICITATÓRIO NÚMERO	82/2026
EDITAL NÚMERO	12/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Extrema/MG
C	Ano do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo	01/01/2026
D	Número de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilante 44h semanais seg a sexta, 08 as 17h	Posto adicionais	2

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilante 44h semanais seg a sexta, 08 as 17h
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade - 30%	
C	Adicional noturno	-

TOTAL

Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Submódulo 2.1: 13º Salário e Férias

2.1	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) salário	8,33%	
B	Férias e 1/3 Constitucional de Férias	11,11%	
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º (décimo terceiro) salário, Férias e 1/3 Férias		
TOTAL		19,44%	

Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:

2.2	Itens de Custo (Descrição)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	Salário educação	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro acidente do trabalho	3,72%	
H	SEBRAE	0,60%	
TOTAL		37,52%	

Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:

2.3	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Cesta básica	
D	Assistência Médica e Familiar	
E	Assistência odontológica	
F	Seguro de Vida	
G	PCVC	
Total de Benefícios mensais e diários		





QUADRO RESUMO: ENCARGOS E BENEFÍCIOS

2	ENCARGOS E BENEFÍCIOS	Percentual	Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1: 13º Salário e Férias	19,44%	
2.2	Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:	37,52%	
2.3	Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:		
	TOTAL	56,96%	

Módulo 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	
C	Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	3,20%	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,73%	
	TOTAL	6,32%	

Módulo 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Substituição na cobertura de Férias	1,62%	
B	Substituição Ausência por doença	2,28%	
C	Substituição licença maternidade	0,65%	
D	Licença paternidade	0,15%	
E	Ausências legais	1,66%	
F	Ausência por acidente de trabalho	0,33%	
	Subtotal	6,69%	
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente	0,82%	
	TOTAL	7,51%	

Módulo 4.2: Intra jornada

4.2	Itens de Custo (Descrição)		Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação		-
	TOTAL		-

Módulo 5: Insumos Diversos

5	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas	
C	Outros	
	Total de Insumos diversos	

Módulo 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos indiretos, tributos e lucro	Percentual	Valor (R\$)
A	Custos indiretos (3% Sede, 5% Supervisão, 7% Pessoal da Administração,)	15,00%	
B	Lucro	10,46%	
C	Tributos		
	B.1. Tributos federais		
	PIS	0,65%	
	COFINS	3,00%	
	B.2 Tributos municipais		
	ISSQN	2,00%	
	TOTAL		

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	R\$
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo para Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	
	Valor total por empregado	
	Valor total por posto	





PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – ITEM 03

Nº do Processo Compras	82/2026
Licitação Eletrônica Nº	12/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Extrema/MG
C	Ano do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo	01/01/2026
D	Número de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Diária 8 horas	Diária	1

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Diária 8 horas
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade - 30%	
C	Adicional noturno	-
TOTAL		169,66

Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS**Submódulo 2.1: 13º Salário e Férias**

2.1	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) salário	8,33%	
B	Férias e 1/3 Constitucional de Férias	11,11%	
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º (décimo terceiro) salário, Férias e 1/3 Férias		
TOTAL		19,44%	

Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:

2.2	Itens de Custo (Descrição)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	Salário educação	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro acidente do trabalho	3,72%	
H	SEBRAE	0,60%	
TOTAL		37,52%	

Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:

2.3	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Cesta básica	
D	Idenização	
E	Indenização de reciclagem	
F	Seguro de Vida	-
G	Taxa sindical	
Total de Benefícios mensais e diários		

QUADRO RESUMO: ENCARGOS E BENEFÍCIOS



2	ENCARGOS E BENEFÍCIOS	Percentual	Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1: 13º Salário e Férias	19,44%	
2.2	Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:	37,52%	
2.3	Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:		
	TOTAL	56,96%	



**Módulo 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO**

3	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	
C	Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	3,20%	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,73%	
TOTAL		6,32%	

Módulo 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Substituição na cobertura de Férias	1,62%	
B	Substituição Ausência por doença	2,28%	
C	Substituição licença maternidade	0,65%	
D	Licença paternidade	0,15%	
E	Ausências legais	1,66%	
F	Ausência por acidente de trabalho	0,33%	
Subtotal		6,69%	
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente	0,82%	
TOTAL		7,51%	

Módulo 4.2: Intra jornada

4.2	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação		-
TOTAL			-

Módulo 5: Insumos Diversos

5	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas	0,00
C	Outros	0,00
Total de Insumos diversos		

Módulo 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos indiretos, tributos e lucro	Percentual	Valor (R\$)
A	Custos indiretos (5% Sede, 15% Supervisão, 10% Contratação)	30,00%	
B	Lucro	28,92%	
C	Tributos		
B.1. Tributos federais			
	PIS	0,65%	
	COFINS	3,00%	
B.2 Tributos municipais			
	ISSQN	2,00%	
TOTAL			

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	R\$
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo para Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B + C + D + E)		
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	
Valor total por empregado		
Valor total por posto		





PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – ITEM 04

Nº do Processo Compras	82/2026
Licitação Eletrônica Nº	12/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	11/05/2026
B	Município/UF	Extrema/MG
C	Ano do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo	01/01/2026
D	Número de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Diária 4 horas	Diária	3

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Diária 4 horas
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade - 30%	
C	Adicional noturno	-

TOTAL	
--------------	--

Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Submódulo 2.1: 13º Salário e Férias

2.1	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) salário	8,33%	
B	Férias e 1/3 Constitucional de Férias	11,11%	
	Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º (décimo terceiro) salário, Férias e 1/3 Férias		
	TOTAL	19,44%	

Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:

2.2	Itens de Custo (Descrição)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	Salário educação	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro acidente do trabalho	3,72%	
H	SEBRAE	0,60%	
	TOTAL	37,52%	





Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:

2.3	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Cesta básica	
D	Idenização	
E	Indenização de reciclagem	-
F	Seguro de Vida	
G	Taxa sindical	
	Total de Benefícios mensais e diários	

QUADRO RESUMO: ENCARGOS E BENEFÍCIOS

2	ENCARGOS E BENEFÍCIOS	Percentual	Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1: 13º Salário e Férias	19,44%	
2.2	Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições:	37,52%	
2.3	Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:		
	TOTAL	56,96%	

lo 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	
C	Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	3,20%	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,73%	
	TOTAL	6,32%	

Módulo 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Itens de Custo (Descrição)	Percentual	Valor (R\$)
A	Substituição na cobertura de Férias	1,62%	
B	Substituição Ausência por doença	2,28%	
C	Substituição licença maternidade	0,65%	
D	Licença paternidade	0,15%	
E	Ausências legais	1,66%	
F	Ausência por acidente de trabalho	0,33%	
	Subtotal	6,69%	
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente	0,82%	
	TOTAL	7,51%	

Módulo 4.2: Intra jornada

4.2	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	-
	TOTAL	-

Módulo 5: Insumos Diversos

5	Itens de Custo (Descrição)	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas	
C	Outros	
	Total de Insumos diversos	

Módulo 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos indiretos, tributos e lucro	Percentual	Valor (R\$)
A	Custos indiretos (1% Sede, 3% Supervisão, 2% Pessoal da Administração,)	6,00%	
B	Lucro	5,40%	
C	Tributos		
	B.1. Tributos federais		
	PIS	0,65%	
	COFINS	3,00%	
	B.2 Tributos municipais		
	ISSQN	2,00%	
	TOTAL		





QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	R\$
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo para Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	
	Valor total por empregado	
	Valor total por posto	

